



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM POLÍTICAS PÚBLICAS
E GESTÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR - POLEDUC**

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – SOB O OLHAR DOS
DISCENTES**

FORTALEZA

2023

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – SOB O OLHAR DOS DISCENTES

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Orientadora: Profa. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- A448p Almeida, José Carlos Pereira de.
Política de assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal do Amapá – Campus marco zero – sob o olhar dos discentes / José Carlos Pereira de Almeida. – 2023.
66 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, 2023.
Orientação: Prof. Dr. Sueli Maria de Araújo Cavalcante.
1. Política de assistência estudantil. 2. Educação superior. 3. Universidade Federal do Amapá. I. Título.
CDD 378
-

JOSÉ CARLOS PEREIRA DE ALMEIDA

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – SOB O OLHAR DOS DISCENTES

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Políticas Públicas da Educação Superior.

Aprovada em: 31/10/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Sueli Maria de Araújo Cavalcante (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Àqueles que fazem de sua luta diária o combustível para nunca desistir, na esperança de que um dia a educação seja tão equitativa, que a inexistência da assistência estudantil seja por de fato não ser necessária (Almeida, 2023).

AGRADECIMENTOS

À Deus, fonte de toda sabedoria.

Ao meu pai, Antônio Rodrigues de Almeida (*in memoriam*), por ter sido o esteio de toda nossa família.

À minha mãe, Joana Pereira de Almeida, que mesma não alfabetizada, ousou deixar de ser ribeirinha e partir para a cidade, para oportunizar educação aos seus filhos, por acreditar que este é o único caminho viável para uma vida digna.

À Professora Doutora, Sueli Maria de Araújo Cavalcante, pela capacidade em apontar caminhos, e por sempre se mostrar interessada em ver esse trabalho concluído, sem medir esforços para tirar dúvidas e orientar.

Às professoras da banca: Profa. Dra. Conceição de Maria Pinheiro Barros e Profa. Dra. Helena de Lima Marinho Rodrigues Araújo, pela brilhante forma de conduzir a apresentação do trabalho e pelas sugestões de melhorias.

Aos demais professores que fazem parte do corpo docente durante a realização do curso, sendo verdadeiros mestres na arte de ensinar.

À Universidade Federal do Ceará, por oportunizar, através da oferta do Curso de Mestrado, na modalidade à distância, a realização de um sonho, agora tão perto de se realizar.

Às minhas colegas de trabalho, pedagogas Josiliane Amorim e Marleide Costa, pela compreensão e tolerância nos dias que precisei me ausentar, para cumprir tarefas referentes ao curso.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram com esta dissertação.

RESUMO

A Política de Assistência Estudantil apresenta-se como uma proposta de equalizar o acesso e permanência ao nível superior de ensino, de modo que as condições econômicas e sociais não sejam fatores impeditivos para o ingresso e a permanência na universidade. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo investigar a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – *campus* Marco Zero, em relação a sua contribuição para a permanência dos estudantes na universidade. Apresenta como fundamentação teórica os aspectos relacionados à historicidade sobre a educação superior no Brasil e os aspectos legais que o amparam, pontuando as diversas formas e modalidades de ingresso na Educação Superior presentes em cada momento histórico, como também apresenta as políticas públicas voltadas para a democratização do acesso à educação superior e experiências obtidas em estudos anteriores que abordaram os diferentes vieses deste tema. A pesquisa é de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e caráter descritivo. Quanto aos procedimentos de coleta de dados, caracteriza-se como pesquisa documental e estudo de caso. Para a interpretação dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Foram investigados 50 alunos da UNIFAP, que são participantes de Programas de Auxílio Estudantil. Os dados analisados mostraram que a maioria (76%) dos alunos que participaram da pesquisa são moradores de Macapá, sede da UNIFAP, tendo um quantitativo de Santana (20%) e Porto Grande (4%). 80% dos alunos relataram dificuldades que poderiam ser impedimento para a permanência no curso, nas dificuldades citadas estão: financeira, transporte, psicológica, acessibilidade e saúde. Os Programas de Auxílio Estudantil são reconhecidos pelos pesquisados como muito importante (60%) e importante (40%), concluindo-se que há intrínseca relação entre os programas de assistência estudantil e a permanência dos alunos nos seus cursos, uma vez que, pela condição de vulnerabilidade social dos mesmos, tais programas assumem grande relevância aos estudantes, embora ainda seja necessária a realização de melhorias, conforme também foi apontando nas pesquisas.

Palavras-chave: política de assistência estudantil; educação superior; Universidade Federal do Amapá.

ABSTRACT

The Student Assistance Policy presents itself as a proposal to equalize access and permanence at higher education levels, so that economic and social conditions are not impediments to entry and permanence at university. Therefore, the present research aims to investigate the perception of students who benefit from the student assistance programs developed by the Federal University of Amapá (UNIFAP) – Marco Zero campus in relation to their contribution to the students' permanence at the university. It presents as a theoretical basis the aspects related to the historicity of higher education in Brazil and the legal aspects that support it, highlighting the different forms and modalities of entry into Higher Education present in each historical moment, as well as presenting public policies aimed at the democratization of access to higher education and experiences obtained in previous studies that addressed the different biases of this topic. The research is of an applied nature, with a qualitative approach, and descriptive character. Regarding data collection procedures, it is characterized as documentary research and case study. To interpret the data, Bardin's Content Analysis (2011) was used. 50 UNIFAP students were investigated, who are participants in Student Aid Programs. The data analyzed showed that the majority (76%) of the students who participated in the research are residents of Macapá, headquarters of UNIFAP, with a number from Santana (20%) and Porto Grande (4%). 80% of students reported difficulties that could be an impediment to remaining on the course, the difficulties cited include: financial, transport, psychological, accessibility and health. Student Aid Programs are recognized by those surveyed as very important (60%) and important (40%), concluding that there is an intrinsic relationship between student assistance programs and the retention of students in their courses, since, by condition of their social vulnerability, such programs are of great relevance to students, although improvements are still necessary, as also highlighted in research.

Keywords: student assistance policy; college education; Federal University of Amapá.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	14
2.1 Ensino Superior na Primeira República.....	14
2.2 Ensino Superior na Era Vargas.....	15
2.3 Ensino Superior Pós -45	18
2.4 O Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 -1984).....	18
2.5 Ensino Superior na Redemocratização do Brasil (1985 em diante)	20
2.6 Formas de ingresso no Ensino Superior no Brasil.....	20
3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS VOLTADAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR	23
3.1 O surgimento das Ações de Assistência Estudantil no Brasil	23
3.2 Estudos Correlatos	25
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4.1 Tipologia da pesquisa	28
4.2 Locus da pesquisa.....	29
4.3 População e amostra	30
4.4 Instrumento de coleta de dados	31
4.5 Técnica de coleta e tratamento de dados	32
4.5.1 <i>A pré-análise</i>	33
4.5.2 <i>Exploração do material</i>	33
4.5.3 <i>Tratamento dos resultados</i>	35
4.6 Aspectos éticos e legais	35
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	36
5.1 As políticas de assistência ofertadas aos estudantes da UNIFAP – Campus Marco Zero .	36
5.1.1 <i>Auxílio Moradia</i>	37
5.1.2 <i>Auxílio Permanência</i>	38
5.1.3 <i>Auxílio Fotocópia</i>	38
5.2 Análises e interpretação dos resultados	39
5.2.1 Perfil Sócio demográfico dos alunos beneficiários dos PAE:	39
5.2.2 Concepções, participações e percepções dos estudantes em relação aos PAE.....	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICES.....	64

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a conjuntura sociopolítica do Brasil fez com que a Educação Superior experimentasse um processo de reforma alicerçado, sobretudo, na ênfase dada ao discurso da democratização, acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior.

Nesse contexto, surge o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem por objetivo criar condições para a permanência de estudantes nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), combatendo o abandono nos cursos dessas instituições.

Sendo assim, a Assistência Estudantil vem adquirindo diversos sentidos e suscitando diferentes posicionamentos quanto a sua implementação, a partir dos debates e discussões desenvolvidos pelos diferentes grupos/atores sociais envolvidos em sua construção (estudantes, docentes, gestores), e de acordo com os diferentes contextos sócio históricos em que tem sido abordada, haja vista cada instituição ter sua realidade. Desse modo, diferentes projetos de assistência ao estudante no espaço universitário têm sido propostos, os quais podem trazer importantes implicações para as formas adotadas para sua operacionalização nas Instituições de Ensino Superior.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) pode ser vista como instrumento de promoção que garante a participação dos estudantes no ambiente escolar, o qual resulta na sua permanência. Tais programas e ações de assistência estudantil oportunizam acesso aos recursos pedagógicos e de infraestrutura disponíveis nas instituições de ensino, bem como possibilita um suporte econômico e financeiro para o aluno beneficiário.

A PAE caracteriza-se de acordo com seu nível de abrangência, podendo ser geral ou específica. A abrangência geral envolve todos os serviços aos quais os estudantes têm acesso: biblioteca, refeitórios, ensino de línguas, inclusão digital, dentre outros; a abrangência específica está relacionada ao apoio econômico para gastos com serviços de amparo ao estudante, como transporte escolar, moradia, saúde e alimentação.

Nesse sentido, essa política pública não pode se resumir a programas e tópicos dirigidos a determinados focos. Deve ser contínua, desfragmentada, completa e não seletiva, apresentando uma atuação bem planejada, focada e concentrando esforços e recursos oferecidos pelo Estado para onde realmente existe carência, sempre com controle social.

De acordo com Gusso (2021), ressalta-se que, durante o período da pandemia da COVID 19, que assolou o mundo durante os anos 2020, 2021, 2022 e início de 2023, foi

colocado em maior evidência os problemas advindos da estratificação social, uma vez que os estudantes oriundos de famílias mais carentes, tiveram muitas dificuldades de permanência na universidade. Duas razões são citadas por ele: (1) “a possibilidade de acesso à internet” e (2) “repertório dos estudantes para estudo em ambiente virtual, que exige maior grau de autonomia e sofisticação em habilidades acadêmicas” (Gusso, 2021, p. 7).

Gusso (2021) também apresenta uma pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Juventude, em 2021, que aponta aumento significativo de abandono aos estudos durante a pandemia, sendo que as razões financeiras são apontadas como as principais causas desse abandono. O cenário que se desenhou durante a pandemia apresenta indícios de que essa dificuldade de permanência dos estudantes universitários, tanto da rede pública, quanto particular, não se encerrou com a decretação do fim da pandemia, visto que o aumento do desemprego, em consequência pelo enfraquecimento do setor de serviços, dentre outras questões, ainda desafia o estudante de renda baixa (Fernandes, 2023).

Considera-se, portanto, que uma alternativa viável para estagnar as evasões, seria a ampliação de programas como o Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que oferece bolsas de iniciação à docência a estudantes de cursos de licenciatura que desenvolvam atividades pedagógicas em escolas da rede pública de educação básica; assim como, as bolsas de iniciação científica e auxílios transporte e alimentação, são de fundamental importância para a permanência do estudante na universidade pública.

É essencial que existam ações de apoio aos estudantes. Para isso, se faz necessária uma efetiva Política de Assistência Estudantil, que compreenda ações que vão desde condições de acesso aos instrumentos necessários, até a formação profissional, além da geração de recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, para que o mesmo desenvolva com excelência a pesquisa, a extensão e os laboratórios pedagógicos.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) oferta 43 cursos de graduação divididos em seus quatro *campus* (Marco Zero, Santana, Binacional e Mazagão) e, para favorecer a permanência do estudante após seu ingresso nos cursos de graduação, dispõe de um Programa de Assistência Estudantil composto por diversas ações/auxílios (Bolsa Permanência, Auxílio Moradia, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte, Auxílio Fotocópia, Auxílio Deficiência, Auxílio Creche) que buscam atender os acadêmicos na medida de suas vulnerabilidades – alto, médio ou baixo.

Nesse contexto, surge a seguinte questão norteadora desta pesquisa: Qual a contribuição dos programas de assistência estudantil da UNIFAP - *campus* Marco Zero, para a permanência dos acadêmicos nos cursos de graduação, na percepção de seus beneficiários?

Para tanto, a pesquisa procurou atender aos seguintes objetivos: de forma geral, investigar a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá – *campus* Marco Zero em relação a sua contribuição para a permanência dos estudantes na universidade; e especificamente:

- a) discorrer sobre aspectos do processo histórico de acesso à Educação Superior no Brasil;
- b) conhecer os programas de assistência estudantil ofertados pela Universidade Federal do Amapá - *campus* Marco Zero;
- c) identificar o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil; e
- d) analisar, sob a ótica dos beneficiários, em que medida os programas de assistência estudantil atendem os seus objetivos, na perspectiva da permanência do discente no curso de graduação.

Considera-se que o resultado desta pesquisa vai contribuir, de forma relevante, nos aspectos político, social e acadêmico. Político, por permitir identificar vulnerabilidades que possam pôr em risco os objetivos dessa política pública, possibilitando melhorar a relação institucional entre quem oferece e quem usufrui das ações disponibilizadas, na busca pelo atingimento de tais objetivos. Social, por disponibilizar informações precisas e confiáveis que tratam sobre como os estudantes que são beneficiários das ações de política de assistência estudantil oferecidas pela UNIFAP as veem e avaliam, podendo servir de embasamento para a tomada de decisões dos gestores da instituição. E como relevância acadêmica, este estudo poderá servir de consulta posterior, considerando o aprofundamento teórico, promovendo o adensamento científico da temática do estudo.

Em tempo, ressalta-se que a escolha pelo tema se deu especialmente pela minha convivência diária com estudantes que apresentam as mais variadas dificuldades, as quais afetam diretamente na permanência no curso. Realizar essa pesquisa possibilitou conhecer as alternativas que podem auxiliar os estudantes nas suas dificuldades, sejam de suporte financeiro ou psicológico.

A pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza aplicada, com abordagem qualitativa e estudo de caso, ocorrida na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Fez uso

de pesquisa documental e de campo com procedimentos técnicos de coleta de dados, apoiando-se em análises de conteúdo para a interpretação de seus resultados. A amostra da pesquisa foi constituída de 50 alunos, todos beneficiários de pelo menos um dos programas ofertados pela UNIFAP, que ingressaram na UNIFAP entre 2018 a 2021.

O estudo está organizado didaticamente em 4 seções. A primeira seção contempla a introdução, com a descrição dos elementos essenciais para compreensão do desenvolvimento deste trabalho. A segunda seção apresenta aspectos teóricos que fundamentam a compreensão sobre o tema, tais como os aspectos históricos e legais do Ensino Superior no Brasil e as políticas públicas educacionais e sociais voltadas para a democratização do acesso à educação superior. Posteriormente, a terceira seção apresenta os procedimentos metodológicos, incluindo a tipologia da pesquisa; lócus da pesquisa; população e amostra; instrumento de coleta de dados; técnica de coleta e tratamento de dados; além do questionário utilizado para a coleta de dados junto aos participantes da pesquisa, quais sejam, beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvidos pela Universidade Federal do Amapá – *campus* Marco Zero. A quarta seção refere-se a análise e interpretação dos resultados, apresentando os programas ofertados pela UNIFAP e, na sequência, a análise e interpretação dos dados.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O estudo em torno dos aspectos legais que nortearam o Ensino superior não se dissocia de sua historicidade, isso porque muitas reformas educacionais, legislações e normativas corresponderam às necessidades do momento histórico nos quais foram implementados. Sendo assim, para mencionar tais legislações, faz-se necessário recorrer ao seu contexto histórico.

Nesta seção será realizada uma visitação sobre a historicidade do Ensino Superior que, para efeito de organização, seguirá a seguinte divisão: Ensino Superior na Primeira República; Ensino Superior na Era Vargas; Ensino Superior Pós-45; Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 -1984) e Ensino Superior na Redemocratização (1985 em diante). Na sequência, discorre-se sobre as formas de acesso ao Ensino Superior, de acordo com cada momento histórico.

2.1 Ensino Superior na Primeira República

No Brasil, o início do ensino superior ocorreu tardiamente. Registros apontam que as primeiras escolas superiores foram implantadas de forma reduzida (seis escolas) e apenas com três cursos, para formação de juristas, médicos e engenheiros. Isso 300 anos após a ocupação do Brasil, ou seja, em 1889, final do Período Imperial. O nível superior de ensino era ofertado inicialmente apenas pelo Poder Público, para atender a necessidade de formar os filhos da elite brasileira. Sendo assim, o início da oferta do ensino superior era regulado pelas legislações da Coroa Portuguesa (Oliven, 2002).

O primeiro ato de abertura do ensino superior para a iniciativa privada se deu através do Decreto nº 7.247 de 15 de abril de 1879, que normatizou a oferta do ensino primário e secundário de forma livre. Anos depois, com a promulgação da Constituição da República de 1891, (após a queda do Império) foi autorizada a descentralização do ensino superior, resultando no aparecimento de novas instituições públicas e privadas. Porém, essas instituições privadas respondiam aos interesses da elite local e também eram confessionais (Oliven, 2002).

É importante ressaltar que alguns eventos históricos e sociais foram cruciais para impulsionar a ampliação da oferta do ensino superior, dos quais: abolição da escravidão (1888), queda do Império e Proclamação da República (1889). Esses eventos promoveram mudanças

em diversas áreas sociais, especialmente na educação, para qual surgiu a necessidade da sua oferta no Brasil (Oliven, 2002).

Sendo assim, gradativamente, o número de instituições de ensino superior foi aumentando. Em 1930, já existam 24 (vinte e quatro) instituições de ensino, que constituíam o sistema de ensino superior. Portanto, esse sistema era formado por escolas particulares, isoladas, de caráter profissionalizante e sem relação com a investigação científica (Oliven, 2002).

Sobre essa questão, Neves e Martins (2016, p. 96) afirmam:

Até o início da década de 1930, o sistema de ensino superior era constituído por um conjunto de escolas isoladas, de cunho profissionalizante, divorciado da investigação científica e que absorvia aproximadamente 30 mil estudantes. A atividade de pesquisa era realizada nos institutos de pesquisa que, em geral, não possuíam laços acadêmicos com o sistema de ensino superior existente.

A Universidade do Rio de Janeiro, primeira instituição oficial de ensino superior, foi instituída por meio do Decreto nº 14.343, de 07 de setembro de 1920, sendo uma das repercussões da Reforma de Maximiliano, ocorrida em 1915. A criação da Universidade do Rio de Janeiro resultou da junção da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina e da escola Livre de Direito. Todavia, a educação mantém-se elitista e se centra mais no ensino do que na pesquisa (Oliven, 2002).

2.2 Ensino Superior na Era Vargas

A conhecida Era Vargas compreende o período de 1930 a 1945. Foi iniciada a partir de um golpe, que colocou fim na Política do Café com Leite, que fazia uma dobradinha entre os Estados de Minas Gerais e São Paulo no comando do País. A consolidação do início desse período foi marcada por vários condicionantes, que incluem a insatisfação mineira em relação ao Partido Republicano Paulista, que rompeu o acordo ao indicar Júlio Prestes ao cargo de Presidente, desrespeitando a dinâmica acordada, que pela ordem seria a vez de Minas Gerais fazer a indicação ao cargo; situação econômica mundial, provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque, em 1929 (Wolter, 2016).

De acordo com Wolter (2016, p. 132):

As forças que levaram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas, não possuindo um ideário comum. Essa colisão de grupos heterogêneos, que fizeram a revolução, explica em partes as oscilações do comportamento de Getúlio, que para sustentar-se no poder teve que fazer concessões a todas elas, em grau diretamente proporcional às contribuições que cada um poderia dar para a manutenção de sua liderança.

Esse cenário heterogêneo foi favorável para que fossem encaminhadas mudanças significativas em diferentes áreas da sociedade, das quais na educação em geral, e no Ensino Superior em particular. As principais reformas desse período são marcadas pela que ficou conhecida como Reforma de Francisco Campos e Reforma de Gustavo Capanema Filho, ambos passaram pelo cargo de Ministro da Educação no País, porém repercussão maior no Ensino Superior é observada em Francisco Campos (Wolter, 2016).

De forma geral, as reformas apresentavam a intenção de colocar o país na mesma posição das demais potências mundiais, em termos educacionais, considerando que por anos pouco se avançou, especialmente no Ensino Superior. Portanto, não se pode deixar de considerar o contexto socioeconômico do país, tampouco, as forças políticas que levaram Vargas à Presidência, que favoreceram um viés de modernidade ao seu governo.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (nomenclatura dada na época de sua criação), pode ser apontado como o marco inicial da Era Vargas para a educação com repercussão positiva para o Ensino Superior, que passa por uma Reforma denominada Francisco Campos. Dentre as mudanças significativas está a criação do Estatuto das Universidades Brasileiras (Wolter, 2016).

O Estatuto das Universidades Brasileiras, instituído através do Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, passou a admitir 02 (duas) modalidades de oferta para o ensino superior, podendo ser oficial (Universidades Públicas) ou livre (Universidades Particulares). Os cursos autorizados foram: Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras. De acordo com a Reforma, as faculdades seriam ligadas por meio de uma reitoria, porém com autonomia jurídica (Oliveira, 2002).

É importante ressaltar que esse momento histórico foi marcado pelo aumento nas faculdades de educação, que tinham o propósito de formar profissionais para atuarem no ensino secundário. Todavia, essa situação causou certo desconforto e resistências entre os participantes da Associação Brasileira de Educação (ABE), que defendiam a pesquisa como pano de fundo das práticas universitárias (Oliveira, 2002).

Realizações sociais importantes em diversas áreas, inclusive trabalhista, marcaram a Era Vargas que, embora dividida entre momentos de tomada de poder (Governo Provisório), eleição direta (Governo Constitucional) e novo golpe (Estado Novo), fez com que Getúlio Vargas conquistasse a simpatia do povo brasileiro, retornando ao poder posteriormente, por via eleitoral.

Seria raso pensar que todas as mudanças e conquistas foram efetivadas livres de um viés político-ideológico a serviço das classes dominantes, isso porque tem sido perene na história da educação no país, a clara intenção de ser um serviço de manutenção do *status quo*. Todavia, há de se reconhecer que no início da chamada “Era Vargas”, as forças sociais, especialmente “[...] do movimento estudantil e de jovens professores na defesa do ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e da eliminação do setor privado por absorção pública” (Martins, 2002, p. 5), manifestadas nos movimentos em voga no país, impulsionaram conquistas importantes, ou pelo menos, abriram caminhos para que se colocasse em debate temas como: ampliação da educação, autonomia universitária, introdução da pesquisa no ensino superior, novas práticas metodológicas de ensino, dentre outras questões.

Essa luta pode ser observada nos discursos dos pensadores educacionais da época, dos quais vale citar aqui a fala de Anísio Teixeira, citada por Fávero (2006), por ocasião da inauguração da Universidade do Distrito Federal, em 1935:

A função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata, somente, de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas que as universidades (Teixeira *apud* Fávero, 2006, p. 25-26).

A defesa por uma instituição com cunho de pesquisadora, com autonomia para suas realizações, foi defendida por Anísio Teixeira nessa fala. Porém, o clima autoritário que se instalava no país preparando terreno para o golpe de Vargas, que se consolidou posteriormente no Estado Novo, enfraquece o movimento dos entusiastas da educação, levando ao afastamento de Anísio Teixeira da esfera governamental (Fávero, 2006).

A Reforma do ministro Gustavo Capanema Filho, com repercussão direta no Ensino Superior, criou a Universidade do Brasil, como uma instituição padrão, de âmbito nacional, através da Lei nº 452, de 5 de julho de 1957. Observa-se que a lei não faz menção à autonomia da Universidade, ficando à cargo do Presidente da República a nomeação da reitoria e diretores (Fávero, 2006).

É importante frisar, portanto, que algumas questões apontadas como essenciais para as Universidades constituem-se em objeto de luta através dos tempos, como a total autonomia universitária. Porém, apesar dos vários pontos controversos, não se pode negar que avanços significativos marcaram a Era Vargas, inclusive alguns se mantêm até os dias atuais, como o formato das universidades (Fávero, 2006).

2.3 Ensino Superior Pós-45

Houve um crescimento lento no período Pós-45, em termos de assistência ao estudante. Porém, é o momento que foram criadas importantes universidades federais e particulares. É nesse ínterim que foi inaugurada a primeira Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), tornando-se posteriormente uma rede. No total, foram criadas 18 universidades públicas e 10 particulares (Wolter, 2016).

Nesse período, as manifestações estudantis começaram a aparecer, especialmente buscando por reformas no sistema educacional, e buscando romper definitivamente com a política educacional conservadora colocada em prática pelo Estado Novo. Outros argumentos que avolumam as manifestações são reivindicações para frear a interferência do setor privado na educação.

Embora toda a luta estudantil mobilizada nas manifestações, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 manteve e até reforçou aspectos de interesse dos setores privados e conservadores da sociedade (Brasil, 1961). Isso significa que mudanças substanciais não podem ser percebidas nem na melhoria do ensino e nem na assistência ao estudante (Wolter, 2016).

2.4 O Ensino Superior na Ditadura Militar (1964 - 1984)

Na Ditadura Militar os direitos políticos e sociais foram cerceados, sendo evidente no Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967, do Presidente Castelo Branco, que no seu artigo 11, veta toda manifestação ou propaganda de cunho político, assim como não se permitia ausências coletivas nos trabalhos escolares, em razão das manifestações. Apesar disso, o movimento estudantil resistiu e manteve suas agendas de passeatas e manifestações, tendo como pauta as universidades públicas (Sampaio, 2000).

Porém, com o aumento na rigidez do regime, a partir de 1968, através da adoção de medidas mais rigorosas e de controle, os estudantes ficaram sob vigília por dez anos, não podendo realizar de forma aberta nenhum tipo de ação que contrariasse a filosofia adotada pelos militares. Essa postura mais firme suplanta o movimento estudantil. É nesse contexto que o governo inicia uma reforma no Ensino Superior.

A reforma dos militares continha basicamente as seguintes mudanças: extinção da cátedra; fim da autonomia das faculdades; criação de institutos, faculdades e/ ou escolas; introdução do sistema de créditos; ciclo básico antes da formação

profissional; garantia da representação discente e docente; ingresso contínuo por carreiras e currículos mínimos fixados pelo MEC (Santos; Cerqueira, 2009, p. 5).

Observa-se que as Reformas dos Militares com repercussão direta na educação, podem ser contempladas nos Decretos nº 477/69, que representaram uma extensão do Ato Institucional nº 05, mais conhecido como AI-5, que estabeleceu controle e fiscalização no interior das Universidades. Soma-se a isso, as Leis nº 4.024/1968 e 5.692/1971, que introduziram metodologias de ensino tecnicistas, cerceando a possibilidade de pensamento crítico na educação. Isso significa que no período do governo militar não houve uma atuação voltada para a melhoria na qualidade da educação, através de uma reforma consubstanciada nos currículos de ensino, nem tampouco, volta-se para consolidar a pesquisa científica no Ensino Superior, aspectos que sempre foram pautas de debates para esse nível de ensino, ao contrário, limitam o poder das faculdades.

Por outro lado, durante a Ditadura Militar houve ampliação de vagas no Ensino Superior, para atender às exigências do mercado, que passava por um momento bom, chamado de “milagre econômico”, que se compreende como:

O período 1968-1973 é conhecido como “milagre” econômico brasileiro, em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos (Velooso; Villela; Giambiagi, 2008, p. 222).

Frente a essa realidade, houve a necessidade de mãos de obra qualificadas, por isso, ampliou-se a oferta de vagas e, conseqüentemente, matrículas no ensino superior, ampliando as oportunidades para a classe média.

Essa nova demanda de ofertar diploma à classe média tornou o ensino superior uma atividade econômica lucrativa, ampliando as oportunidades para instituições privadas. Porém, esse otimismo econômico não perdurou por muito tempo. Isso porque o início dos anos 1980 é marcado por grande crise econômica, e início de transição política, que pôs fim à Ditadura Militar e reinaugurou as práticas democráticas no país, através da derrota do candidato do governo militar.

Esse novo momento surge com grandes perspectivas e expectativas em relação à educação, especialmente com a promulgação da Nova Constituição Federal, em 1988, que ficou mais conhecida como “Constituição Cidadã”.

2.5 Ensino Superior na Redemocratização do Brasil (1985 em diante)

Com a redemocratização do país muitas mudanças em vários âmbitos da sociedade podem ser observadas, especialmente no que concerne às liberdades. Na educação não foi diferente, esta passa a ser reconhecida como um direito social e, como tal, precisa ser equitativo, igualitário e acessível. Pelo menos é o que pressupõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Essa necessidade de ampliar oportunidades de acesso provocou uma explosão na quantidade de instituições privadas no ensino superior. Embora ainda inalterada, a modalidade de inserção (ainda vestibular) nas faculdades particulares, tornou o acesso mais flexível (Neves; Martins, 2016).

Normativa oficial pós-Ditadura Militar, só vai acontecer após mais de dez anos da mudança na forma de governo, com a aprovação da LDB nº 9.394 de, 20 de dezembro de 1996, em vigência. Nessa nova lei são apresentadas inovações, das quais tornar explícito os diferentes tipos de Instituições de Educação Superior que passariam a ser admitidas no país. Como desdobramento da LDB nº 9394/1996, é criado o Provão (Exame Nacional de Cursos), com o intuito de avaliar a qualidade dos cursos ofertados nas faculdades (Neves; Martins, 2016).

Vale ressaltar que a referida Lei educacional dividiu o Sistema Educacional em dois níveis: Educação Básica e Educação Superior; assim este termo será utilizado toda vez que o contexto estiver relacionado a esta Lei.

A partir desse momento, várias ações em cascata são implementadas, todas imbuídas do discurso da melhoria da educação no país, pelo viés da ampliação de oportunidades de acesso e permanência nas instituições de ensino. Nessa perspectiva, é criado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), que acabou se tornando portal de acesso à Educação Superior, conforme será explicitado posteriormente (Neves; Martins, 2016).

Mesmo com a mudança nas formas de acesso à educação superior, na estruturação e formato do curso pouco se alterou. A grande discussão que se gerou após os reconhecidos papéis e direitos, tanto das entidades como dos alunos do ensino superior, com a criação de estratégias para melhorar o acesso (formados mais modernos de inserção às universidades); aumento no número de instituições que ofertam cursos superiores, a grande questão é fazer valê-los, e mais, garantir a permanência nos cursos, diminuindo a pirâmide entre entrada e conclusão dos cursos (Neves; Martins, 2016).

2.6 Formas de ingresso no Ensino Superior no Brasil

O acesso ao ensino superior no Brasil foi marcado pelo caráter classista e seletivo, tendo como público principal estudantes oriundos das classes altas. Esse modelo de seletividade atravessou a historicidade da educação brasileira. A abrangência na oferta ao ensino superior é recente, assim como as mudanças na forma de acesso às Universidades.

O Ensino Superior, desde sua implementação no Brasil, foi marcado pelo seu caráter elitista, seletivo, classificatório e excludente. A regulamentação da primeira forma de ingresso se deu por meio do Decreto nº 8.659, de 05 de outubro de 1911, que no seu artigo 65 estabeleceu como critério de matrícula a aprovação do aluno em um exame de admissão que media a sua capacidade de desenvolvimento intelectual. Esse era o nascedouro do Exame Vestibular, que ganhou forma através da Reforma de Carlos Maximiliano, em 1915 (Neves; Martins, 2016).

A forma de ingresso mais conhecida e que prevaleceu por muito tempo é o “Exame Vestibular”, que atende às características de seletividade e exclusão que marcam a história dos cursos superiores. Em 1925, com a Reforma de Rocha Vaz, o vestibular ganha uma nova forma de classificação, com a distribuição dos alunos entre as vagas definidas pelas instituições que ofertavam ensino superior. Com esse novo critério, os vestibulares tomaram forma cada vez mais excludentes. Foi nesse ínterim que surgiu o perfil aprovado não classificado, considerando que a admissão dos alunos também estava atrelada ao número de vagas oferecidas (Neves; Martins, 2016).

Dentre as problemáticas apontadas nesse sistema está o aparecimento da figura do excedente. Isso ocorria porque em cursos ou em instituições consideradas de maiores prestígios, as vagas eram bastante requisitadas e logo preenchidas, ocasionando uma demanda elevada e, por consequência, um número elevado de excedentes.

Esse modelo de limitação de acesso predominou por toda a Era Vargas. Somente após o Estado Novo (última etapa da Era Vargas), se observou uma expansão na inserção ao Ensino Superior. Um marco importante para essa expansão está na LDB nº 4.024/1961, que estabeleceu mudanças na estrutura do ensino, especialmente criando a equivalência nos cursos secundários (tradicional, normal, comercial, industrial e agrícola) (Neves; Martins, 2016).

Posteriores medidas foram tomadas para ampliar o acesso ao ensino superior, todavia, com viés ideológico marcado pelas demandas socioeconômicas do momento em que foram sendo implementadas. O fato é que o vestibular foi uma modalidade que prevaleceu ao longo das décadas, começando a ser substituído, gradativamente, apenas a partir de 1998, com a introdução do ENEM (Neves; Martins, 2016).

Antes da instituição do ENEM, especificamente a partir de 1985, pelos registros oficiais, já é possível observar picos de expansão do ensino superior pelo país, isso deve-se ao fim da ditadura militar e ao processo de redemocratização do país, que tem como promessa a redução nas desigualdades sociais.

O ENEM foi estabelecido com a finalidade de avaliar competências e habilidades dos alunos concluintes do ensino médio, sem obrigatoriedade de realização. Porém, a nota final do Enem passou a ser usada como parâmetro de classificação pelas instituições superiores e pelo Programa Universidade para Todos (Prouni) (Neves; Martins, 2016).

Em 2009, o Enem passou a cumprir quatro funções, quais sejam: i) avaliar o conhecimento dos alunos que terminam o ensino médio; ii) permitir ao estudante concorrer a bolsa pelo Prouni e requisitar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para frequentar uma IES privada; iii) ser prova de conclusão do ensino médio para os estudantes da educação de jovens e adultos (EJA); iv) substituir ou somar pontos no exame de vestibular em IES brasileiras (Neves; Martins, 2016, p. 102).

O Ministério da Educação (MEC) também criou, em 2010, o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com exclusividade para possibilitar acesso à Educação Superior nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas federais, oferecendo vagas aos alunos que realizavam o Enem. O Sisu está inserido entre os programas que tem o viés de facilitar e ampliar o acesso aos cursos superiores, portanto, também pode ser visto como inclusivo (Neves; Martins, 2016).

Embora as formas de acesso à Educação Superior tenham sido ampliadas, por meio dos programas sociais que alteraram sistemas e formas de inserção nas IES públicas e particulares, ainda assim, esse nível de ensino continua muito seletivo, considerando que a quantidade dessas IES existentes não é suficiente para absorver toda a população que conclui o ensino médio. Essa disparidade entre oferta de vagas e quantidade de candidatos, acaba por reforçar a exclusão dos alunos de sua continuidade nos estudos.

Outros fatores também são impulsionadores de exclusão, como as condições socioeconômicas e a defasagem cultural (leia-se como conhecimento sistematicamente construído e que são objeto de escolarização) histórica imposta a determinados grupos sociais. Essas condições continuam desafiando o poder público na busca de soluções, embora se saiba que a raiz do problema é a estrutura socioeconômica adotada no país. Porém, para amenizar essa situação, são criadas políticas sociais que democratizam o acesso e a permanência no ensino superior. Essa questão será abordada na próxima seção.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS E SOCIAIS VOLTADAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A educação hoje é considerada um direito social (art. 6º e 205 da CF/1988) e, como tal, para o seu efetivo cumprimento, faz-se necessário que um conjunto de políticas públicas sejam implementadas como garantidoras desse direito. Dentre as políticas, está a Assistência ao Estudante, pois oferecer acesso, por meio da ampliação de vagas, não é suficiente. É necessário que, além da entrada do estudante no nível superior, seja assegurada sua permanência. E em vários âmbitos, essa permanência só é possível através de políticas e programas voltadas para esse fim. São essas as abordagens desse capítulo.

3.1 O surgimento das Ações de Assistência Estudantil no Brasil

As legislações brasileiras definem a educação como um direito ao cidadão. Esta prerrogativa encontra-se presente desde a Constituição de 1824, embora tenha sido retirado em alguns momentos históricos, como aconteceu na Constituição Republicana de 1891, que desobrigou o Estado de oferecer educação primária, retornando em leis posteriores.

Enquanto suporte educacional, ações de assistência ao estudante remetem aos anos de 1930, com programas de alimentação e moradia universitária. Registros apontam que a primeira Casa do Estudante Brasileira foi inaugurada em 1928, com sede em Paris, para abrigar estudantes em solo europeu sem condições de se manterem lá (Costa, 2016).

O governo Vargas foi marcado pelo início de várias políticas sociais, nas quais incluem-se a assistência ao estudante, que na “Reforma Francisco Campos” cria a bolsa de estudos, para alunos comprovadamente necessitados.

Na Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934 é também possível observar espaço reservado para a assistência ao estudante, conforme se observa no seu artigo 157:

Art. 157. A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. [...] §2º. Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a aluno necessitados mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudos, assistência alimentar, dentária e para vilegiaturas (Brasil, 1934, s.p.).

A Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 também trata sobre a assistência, ampliando para todos os níveis de ensino, o atendimento assistencial

outrora definido unicamente às crianças. Porém, é somente na Constituição de 1967 que se inicia o debate sobre a igualdade de oportunidades educativas (Costa, 2016).

Mesmo que a passos lentos, observa-se que a assistência aos alunos vai aparecendo nas Reformas educacionais e nas Constituições. A ampliação dessa política pode ser percebida a partir da década de 1980, como reflexo da expansão de vagas na Educação Superior ocorrida entre as décadas de 1970 e 1980, que favoreceu acesso às camadas sociais mais populares às universidades (Costa, 2016).

Nesse contexto, em 1972, é instituído o Programa Bolsa Trabalho, pelo Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Esse programa era ofertado para todos os níveis de ensino, associando auxílio financeiro e educação, ao mesmo tempo que servia de suporte para a inserção no mercado de trabalho (Costa, 2016).

No fim dos anos de 1980, com a extinção do Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), ocorre uma pulverização nos programas de assistência aos estudantes e o caráter paternalista que sempre esteve subjacente a esse tipo de política, torna-se mais evidente:

A assistência desenvolvida na universidade, do ponto de vista de sua implementação técnica, expressa, por um lado, o descaso com a área social e revela-se por outro, enquanto um campo onde prevalecem concepções paternalistas e clientelistas, trazidas em práticas de ajuda e no uso indevido dos recursos públicos disponíveis (Barbosa, 2009, p. 38).

Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988 (CRFB/1988), ocorre um salto em termos de direitos sociais e políticos, enquanto projeto do processo de redemocratização. É a partir dessa Constituição que a educação passa a ser reconhecida como direito social. Essa prerrogativa encontra-se no seu artigo 205, que assim expressa: “Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, s.p.).

Após a promulgação da CRFB/1988, ampliam-se as políticas de assistência ao estudante, culminando com a apresentação do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), apresentado pelo FONARPRACE à ANDIFES, entre 1997 e 2004, vindo a ser aprovado em 12 de dezembro de 2007, através da Portaria Normativas nº 39, sendo adotado a partir de 2008, quando se reservou verbas nos orçamentos institucionais para esse fim (Costa, 2016).

Mais tarde, em 2010, essa Portaria Normativa foi substituída pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, reforçando ainda mais a política de assistência estudantil, pois trouxe

como finalidades: a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; democratização das condições de permanência; minimização dos efeitos das desigualdades; redução da retenção e da evasão, e contribuição para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

Nesse sentido, o governo propõe que as ações sejam desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico, e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Por tudo isso, a promulgação da regulamentação do PNAES representa um marco histórico e de importância fundamental para a assistência estudantil.

3.2 Estudos Correlatos

Segundo Milhomem *et al.* (2010), no início de uma pesquisa é comum e recomendável que se faça um levantamento sobre as produções científicas existentes com relação ao assunto a ser pesquisado, possibilitando ao pesquisador conhecer o que vem sendo desenvolvido sobre o assunto, se este é inédito, e se suas inquietações já foram respondidas por outras pesquisas.

Inicialmente, vale destacar o estudo de Silva, Carvalho e Gonçalves (2021), sob o título: “Demarcações Históricas sobre a Política de Assistência Estudantil no Brasil”, que buscou situar questões que contribuem para demarcar a configuração da Política de Assistência Estudantil (PAE), e como essa política pública vem assumindo no Brasil, no caso da Educação Superior.

Neste estudo, através da análise de documentos e revisão de literatura, os autores concluíram que a PAE no Brasil assumiu três fases de configuração: a primeira fase atravessou o período de criação das primeiras universidades brasileiras até a definição dos primeiros instrumentos da institucionalização da política educacional; a segunda fase materializou-se em um cenário social no qual se tinha uma predisposição para incluir os estudantes nos programas assistenciais; a terceira fase inicia-se a partir da execução do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) nos anos de 2007, e estende-se até os dias atuais.

Com a chamada Democratização do Acesso ao Ensino Superior, uma camada social até então pouco representada nas universidades, começou a demandar não somente acesso, mas

também meios de permanência no ensino superior que, por suas características constitutivas e organizacionais, exigem aporte de recursos sobretudo materiais.

Nesse mesmo sentido, em seu estudo sobre a “Democratização do acesso à educação superior no Brasil”, Filipak e Pacheco (2017) apontam que, historicamente, a Educação Superior foi privilégio de uma elite detentora de um poder político e econômico e que, apesar de na contemporaneidade existirem políticas públicas educacionais, de ações afirmativas e que objetivam a democratização desse nível de ensino, os números ainda são insuficientes, considerando o total da população brasileira que possui a idade entre 18 a 24 anos. Segue dizendo que a democratização do acesso à educação superior deve ser considerada um tema indispensável na agenda política do país, sobretudo se levarmos em conta o cenário de construção da chamada “sociedade do conhecimento” e, ainda, as mudanças do mundo de trabalho, o processo de mundialização do capital e as alterações que vêm ocorrendo no papel do Estado. Para os autores, garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes devem ser considerados aspectos indispensáveis para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Vale a pena ressaltar os resultados da pesquisa de Nierotka e Trevisol (2019), publicadas no livro “Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul”, que aborda as políticas de acesso e ações afirmativas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), buscando compreender as contribuições dessas políticas para a democratização da educação superior brasileira, especialmente a partir da caracterização do perfil socioeconômico e da trajetória escolar e acadêmica dos estudantes. Neste estudo, dentre outros objetivos, buscou-se observar a taxa de desistência dos alunos na instituição pesquisada após dois anos de ingresso – 33,9%, sem, contudo, apontar as possíveis causas.

Já o estudo de Dutra e Santos (2017), intitulado “Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções” discutiu, considerando o processo histórico de construção dessa política, as diferentes concepções que têm sido propostas como resultado das discussões implementadas nesse trajeto, buscando sistematizar os principais pontos de discussão e embate em torno dessa temática na atualidade. Observou-se que as concepções construídas se colocam muitas vezes em disputa, na tentativa de delimitar uma assistência estudantil tida como ideal.

No mesmo viés, em seu artigo intitulado “Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários”, Machado e Pan (2016) analisaram os efeitos subjetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aos

estudantes de uma universidade federal brasileira, a partir de uma leitura bakhtiniana, em que se pôde ouvir uma gama de sentimentos emanados pelos estudantes, como vergonha, tensões entre sentidos de dependência, trabalho, estudo e ócio e, a partir disso, discutiu-se sobre como esses sentidos operaram pela gestão e controle da alteridade, pela fixação de identidades e sobre seus efeitos ao cotidiano dos estudantes, assim como de que forma estes respondem, tencionam e reconstroem esses sentidos, transformando suas possibilidades de ser, agir e de se reconhecerem na universidade, deslocando o eixo de reflexão de um nível de responsabilização e culpabilização individual para a arena social e política.

Ainda sobre as políticas públicas de assistência ao estudante, tem-se a produção de Araújo (2018), sob o título “Educação Superior e Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil”, sendo um estudo bibliográfico se apoia em pesquisas realizadas sobre o apoio criado pelo Governo Federal aos estudantes, a partir da década de 1980. E, com isso, aponta as melhorias ocorridas, especialmente com a CRFB de 1988 e a LDB 9394/1996, que impulsionaram o Plano Nacional da Educação e a elaboração de Políticas Educacionais, incluindo as de Assistência. Nesse contexto, encontram-se o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), dentre outros.

É interessante observar que as diferentes pesquisas acerca da política pública de assistência estudantil convergem, na maioria de seus aspectos. Sobretudo, ainda na importância de sua existência e ampliação, passando pelo aumento de demanda gerado pela democratização do ensino superior nos anos 2000 e também pela necessidade de melhorias e aperfeiçoamento a partir de experiências compartilhadas por aqueles que tem depositado nesse tipo de assistência do poder público, a esperança de apoio para conclusão de sua graduação e, consecutivamente, a esperança de uma vida melhor para si e para os seus.

Assim, percebe-se a grande importância da busca por melhorias no processo de criação, expansão e qualidade das políticas públicas em educação, de forma que cada vez mais a ciência e a pesquisa, as abordagens sociais, políticas do local e sua clientela – ajudem a dar a base para a tomada de decisões políticas onde, na prática, por meios institucionais pode haver um ensino mais inclusivo, igualitário e transformador.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa podem ser traduzidos como o planejamento inicial que idealiza quais passos serão seguidos para que os objetivos propostos no trabalho sejam alcançados. A definição desses procedimentos é essencial ao desenvolvimento do trabalho. Assim, a teoria dentro da metodologia é o caminho para se chegar ao sucesso da prática, pois “[...] ferramentas teóricas são um conjunto de ideias, códigos, símbolos e valores que indicam uma série de operações realizáveis, física e/ou mentalmente, a partir da manipulação de conceitos abstratos (Ferrari, 1974, p. 98).

Gil (2018, p. 8) compreende a metodologia como forma de chegar a um determinado conhecimento. Essa forma será determinada pelo tipo de objeto investigado e pelo que o estudo se propõe a encontrar.

Nessa seção, serão abordados os procedimentos metodológicos que orientam a execução da pesquisa, abrangendo a classificação da pesquisa, do seu lócus, dos sujeitos participantes e a amostra, além do instrumento de coleta e da forma como estes foram analisados.

4.1 Tipologia da pesquisa

Quanto a sua natureza, esta pesquisa classifica-se como aplicada, pois “[...] abrange estudos elaborados com a finalidade de resolver problemas identificados no âmbito das sociedades em que os pesquisadores vivem” (Gil, 2019, p. 16). Dessa forma, a questão social relacionada aos perfis dos acadêmicos da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP é de fundamental importância para orientação teórica aos acadêmicos, de modo que possam buscar meios de amparo no sistema de auxílio da instituição, ação importante para sua permanência na instituição.

Quanto à abordagem do problema, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por analisar aspectos subjetivos de fenômenos sociais e do comportamento humano possibilitando assim, chegar aos caracteres sociais externos no que diz respeito à origem social e a questão socioeconômica dos beneficiários dos auxílios estudantis da UNIFAP. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Nesse modo de pesquisa, a análise dos dados é construída indutivamente, a partir das particularidades para os temas gerais e das interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados (Creswell, 2010, p. 26).

No que tange aos objetivos, caracteriza-se como descritiva, por permitir investigar a percepção dos alunos que recebem o auxílio estudantil no *Campus* Marco Zero da Universidade Federal do Amapá. Para Gil (2019, p. 43), a pesquisa descritiva “[...] tem por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população”. Nesse sentido, é necessário ouvir o público alvo das políticas de assistência estudantil para que seus anseios sejam levados em consideração em futuras reformulações.

Quanto aos procedimentos técnicos, isto é, o modo de obtenção dos dados necessários à composição da pesquisa, classifica-se como uma pesquisa do tipo estudo de caso. Segundo Rocha (2004), o Estudo de Caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares.

Assim, abre-se o caminho para a pesquisa documental que, de acordo com Gil (2008, p. 51), se assemelha à forma bibliográfica de levantamento. A diferença é que a pesquisa documental possui um levantamento que ainda não recebeu um tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetos de pesquisa. Evidentemente, com as fases anteriormente citadas, a pesquisa procura o aprofundamento da realidade específica por meio da observação das atividades diretas e indiretas de cada grupo (Gil, 2008).

Optou-se, no presente trabalho, pela pesquisa de campo, por considerar que ela torna possível a coleta e a apresentação de informações importantes sobre o problema de pesquisa, bem como o descobrimento de novos fenômenos e a relação entre eles. O trabalho em campo é de fundamental importância, pois segundo Gil (2018), esse tipo de abordagem ao objeto estudado é basicamente realizado por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações que ocorrem dentro de um grupo e realidade encontrada. Sendo assim, será possível ouvir os discentes que recebem assistência estudantil e, a partir de suas experiências, analisar e propor mudanças onde sejam necessárias.

4.2 Lócus da pesquisa

O lócus da pesquisa foi a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – *Campus Marco Zero*, instituição do ensino superior que oferece o ensino público e gratuito, e é financiada e regulamentada pelo MEC. Embora no Estado do Amapá existam duas universidades públicas, sendo uma federal e outra estadual, a escolha pela UNIFAP se deu em razão de ser esta que oferece a maior quantidade de cursos, em todas as áreas de ensino, contemplando um público maior em relação às demais Instituições de Ensino Superior.

Sobre sua historicidade, pode-se dizer que a Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou suas atividades em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (Licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá.

Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto nº 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União nº 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la (Brasil, 1990), tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial nº 868/90, de acordo com o Parecer nº 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documentação MRC nº 35. A UNIFAP realizou o seu primeiro vestibular em 1991, para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem.

Em 2022, a Universidade Federal do Amapá ofereceu 30 (trinta) cursos com mais 700 vagas por processo seletivo: São eles: Arquitetura e Urbanismo, Direito, Jornalismo, Artes, Engenharia Civil, Educação Física, Letras, Letras Libras, Administração, Ciências Ambientais, Artes Visuais, Enfermagem, Licenciatura Indígena, Ciências Biológicas, Engenharia Elétrica, Medicina, Ciências da Computação, Ciências Sociais, Farmácia, Pedagogia, Física, História, Relações Internacionais, Fisioterapia, Geografia, Matemática, Tecnologia em Secretariado, Teatro, Química.

4.3 População e amostra

O universo da pesquisa foi constituído por 50 (cinquenta) alunos dos cursos de graduação, beneficiários de um ou mais programas de assistência estudantil que tiveram matrícula efetivada entre os anos de 2018 a 2021, e que integraram o *campus Marco Zero* da Universidade Federal do Amapá.

A amostra é do tipo não probabilística e intencional, selecionada a partir dos critérios: a) seja beneficiário de pelo menos um tipo de programa de assistência estudantil; b) tenha ingressado nesse programa entre os anos de 2018 a 2021; e c) disponibilidade para participar da pesquisa. Nesse sentido, a amostra não probabilística do tipo intencional é aquela em que a “[...] seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo” (Mattar, 1996, p. 132), considerando que a pesquisa, ao se referir em uma questão específica, ou seja, ao PAE, acarreta restrição de seu público. Dessa forma, optou-se por focar nas percepções dos alunos beneficiados por algum programa oferecido pela UNIFAP.

Apoiando-se em Bussab e Bolfarine (2005), reforça-se a escolha pela amostra não probabilística pelo fato de não se ter a intenção de generalizar os dados obtidos para a população, considerando que os alunos que não são contemplados por programas de apoio ao estudante, por não terem a experiência de serem beneficiários, poderiam afetar os resultados da pesquisa, especialmente nos aspectos que abordam concepções sobre o programa, importância e sugestões de melhorias. Quem melhor responde sobre essas questões são os usuários dos referidos programas.

4.4 Instrumento de coleta de dados

O ato de fazer pesquisa surge da necessidade de buscar respostas a indagações determinadas, como aponta Gil (2019, p. 17): “[...] a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema”. Esse processo tem como resultado a construção de um saber/conhecimento através do confronto de dados, informações coletadas e conhecimentos teóricos acumulados a respeito do que é estudado.

Esta pesquisa fez uso de dados primários e secundários. Para os dados primários, foi utilizado o questionário como instrumento de coleta de dados, cujo objetivo foi coletar a percepção dos discentes que recebem assistência estudantil. Gil (2018) afirma que o questionário é como um agrupamento de perguntas direcionadas a indivíduos, no intuito de obter informações acerca do que é relevante à pesquisa. O questionário desta pesquisa foi adaptado de Silva Júnior (2020), sendo constituído de duas partes: (I) levantamento do perfil dos estudantes; e (II) concepções e percepções do PAE, conforme mostrado no Anexo A.

Os dados secundários foram oriundos do portal eletrônico da Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC), mais especificamente do Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis (DACE) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), quais sejam: editais de seleção; resultado e convocação dos estudantes selecionados entre os anos de 2018 e 2021, a partir dos quais foi possível conhecer os tipos de auxílios ofertados, os critérios de seleção, os valores de cada auxílio e sobretudo a abrangência destes em relação ao público-alvo. Nesse sentido, a consulta aos endereços eletrônicos teve a finalidade de realizar a análise documental por meio dos editais, para assim ser possível ter uma ideia do objeto de estudo com pressupostos dedutivos do meio pesquisado.

4.5 Técnica de coleta e tratamento de dados

A coleta de dados pode ser considerada um dos momentos mais importantes da realização de uma pesquisa, pois é nesta fase que o pesquisador obtém as informações necessárias para o desenvolvimento do seu estudo.

Para a interpretação dos dados foi utilizada a Análise de Conteúdo de Bardin (2011), que é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados, ocupando-se de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo extraído das comunicações e sua respectiva interpretação. Dessa forma, Minayo (2012) afirma que a pesquisa pressupõe a organização dos dados, a categorização e a interpretação destes, considerando o contexto social, político, econômico e cultural nos quais estão inseridos os sujeitos pesquisados.

Nesse sentido, a análise de conteúdo constitui uma técnica de tratamento de dados que permite validar e replicar as inferências de um determinado contexto por intermédio de um método sistematizado com validade científica. Mostra-se importante para a busca de significados latentes que não podem ser evidenciados por modelos matemáticos de abordagens quantitativas (Minayo, 2007).

A análise de conteúdo parte da leitura do material para alcançar um nível de entendimento mais profundo mediante procedimentos que relacionam significantes (estruturas semânticas) com significados (estruturas sociológicas). Essa técnica deve ser objetiva ao trabalhar com regras preestabelecidas e sistemáticas, de forma que o conteúdo seja organizado nas categorias escolhidas em consonância com os objetivos do estudo (Minayo, 2007).

De acordo com Bardin (2011), a análise de conteúdo é organizada em três fases: pré-análise, exploração do material, e tratamento dos resultados por meio de inferência e interpretação.

4.5.1 A pré-análise

Consiste na escolha e organização dos dados, e tem por objetivo sistematizar as ideias iniciais por intermédio da organização de um plano de análise. Nessa fase, foi realizada a escolha dos documentos para análise, a formulação de hipóteses e a elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação (Bardin, 2011).

Na escolha dos documentos para análise nesse estudo, buscou-se identificar fontes oficiais e fidedignas que oferecessem base de dados que compõem o objeto de pesquisa. Posto isso, o corpus do estudo é constituído pelos editais da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNIFAP e, principalmente, pelos questionários aplicados aos estudantes que recebem auxílio estudantil.

4.5.2 Exploração do material

Consiste nas operações de codificação e categorização. É a fase mais longa e exaustiva do método. Na codificação, é realizada a transformação dos dados do texto por meio de recorte, agregação e enumeração, permitindo chegar a uma representação do conteúdo. No recorte, são escolhidas as unidades; na enumeração, dá-se a escolha das regras de contagem e, na agregação, escolhem-se as categorias (Bardin, 2011).

Para iniciar a exploração do material, os questionários que representam o corpus da pesquisa foram submetidos a uma “leitura flutuante”, que é o primeiro contato do pesquisador com o material de pesquisa. De acordo com Bardin (2011), nessa fase são elaboradas hipóteses – explicações antecipadas do fenômeno que poderão ser comprovadas ou refutadas ao final da pesquisa. Por intermédio da leitura flutuante, deve ser criado um índice organizado em indicadores.

Esses indicadores são as unidades de registro. Na fase de recorte, são escolhidas as unidades de registro da análise. De acordo com Bardin (2011):

I. A unidade de registro é a unidade de significado que corresponde ao segmento de análise de conteúdo. É considerada como unidade base e visa à categorização. A unidade de

registro pode ser de natureza e dimensões variáveis, podendo se configurar como uma palavra ou frase.

II. A Unidade de contexto serve como unidade de compreensão para codificar a unidade de registro, corresponde ao segmento da mensagem que tem dimensões superiores a unidade de registro; pode ser uma frase, se a unidade de registro for uma palavra, ou um parágrafo, se a unidade de registro for uma frase.

Após a definição das unidades de registro a serem pesquisadas no corpus da pesquisa, devem ser definidas as unidades de contexto. Unidades de contexto “[...] são importantes para a análise qualitativa do corpus do estudo, pois permitem a compreensão dos significados das unidades de registro” (Bardin, 2011, p. 105).

A unidade de contexto serve de unidade de compreensão para codificar a unidade de registro e corresponde ao segmento da mensagem, cujas dimensões (superiores às unidades de registro) são ótimas para que se possa compreender a significação exata da unidade de registro. Isto pode, por exemplo, ser a frase para a palavra e o parágrafo para o tema.

Bardin (2011) apresenta a enumeração como a fase em que se estabelece o modo de contagem das unidades de registro que visa verificar questões como ausência e presença das unidades de registro, bem como a intensidade em que são percebidas no material fonte. Um dos métodos mais utilizados como método de contagem é a frequência, que pode ser do tipo frequência absoluta – quando todas as unidades de registro possuem peso igual – ou frequência ponderada – onde se atribui pesos diferentes para cada uma das unidades de registro estabelecidas.

Por tratar-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, a frequência das unidades de registro foi estabelecida como método de contagem apenas para a verificação de ausência e presença dos elementos, visto que essa questão também pode ter um significado. Além disso, na fase de enumeração, também foram organizados os roteiros para exploração do material (Bardin, 2011).

Campos (2004) apresenta a fase de tratamento de resultados como fase de categorização e subcategorização. Os dados são, portanto, apresentados em categorias que apresentam um número variável de temas, como também demonstram os significados e elaborações que contemplem os objetivos da pesquisa. As categorias criadas podem ser do tipo apriorística, quando o pesquisador já possui as categorias predefinidas e não apriorística, quando as categorias emergem a partir das informações obtidas nas fases anteriores.

No método de Bardin (2011), a categoria significa uma forma de pensamento que reflete a realidade. As categorias são classes que reúnem elementos que possuem características em comum, pode-se adotar critérios: semânticos, relacionados a temas; sintáticos, relacionados a verbos, adjetivos e pronomes; léxicos – sentidos e significados e critérios expressivos – variações na linguagem e escrita. O processo está estruturado nas etapas de inventário e classificação (Santos, 2012).

No inventário, os elementos são isolados e, posteriormente, na classificação, os elementos são repartidos a partir de uma organização buscada ou imposta (Bardin, 2011).

4.5.3 Tratamento dos resultados

A técnica da inferência será utilizada para o tratamento dos resultados do estudo. Na inferência, são comparados enunciados e ações entre si, como forma de buscar as possíveis unificações. O pesquisador busca semelhanças entre temas diferentes. As inferências buscam os sentidos que se escondem por trás dos significados das palavras e revelam o discurso dos enunciados. Nessa fase, é necessário retornar ao referencial teórico, buscando embasar as análises para dar sentido as interpretações baseadas nas inferências (Bardin, 2011; Santos, 2012).

4.6 Aspectos éticos e legais

O projeto desta pesquisa foi submetido à análise do Comitê Ético constituído pela Universidade Federal do Ceará – CEP/UNFC/PROPESC, sendo aprovado em 16 de junho de 2023, mediante CAE 69433722.0.0000.5054 e Parecer 6.124.009, ocasião em que houve a autorização para a realização da pesquisa, com as devidas coletas de dados e informações pertinentes ao público pesquisado. Para o ato da coleta de informações, adotou-se as seguintes medidas: (1) solicitação de participação prévia junto à Reitoria UNIFAP – *Campus* Marco Zero; (2) Definição do público-alvo; (3) Solicitação de participação individual, para os quais foi apresentado o objetivo da pesquisa e o caráter voluntário de participação, assim como foi informado sobre a preservação da identidade, mantendo-se o anonimato e a possibilidade de recusa à pesquisa sem penalidades; (4) Assinatura do Termo de Consentimento; (5) Assinatura do termo de coleta; (6) Após todo o trâmite burocrático de aceite para a participação da pesquisa, realizou-se a mesma, mediante aplicação de questionários, previamente elaborados.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa realizada na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) – *Campus* Marco Zero, sobre a oferta de programas de apoio ao estudante, que procurou investigar sobre a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil oferecidos pela UNIFAP – *campus* Marco Zero, os aspectos investigados além da percepção dos beneficiários sobre os programas foram a relação entre acesso ao benefício e permanência dos estudantes na universidade. Ainda no âmbito da pesquisa buscou-se identificar a relevância dos programas existentes para os alunos e verificar sugestões de melhorias para assegurar alcance aos estudantes que necessitam.

Encontra-se dividido didaticamente em seções para melhor apresentar as informações abstraídas. Inicialmente, aborda-se os programas de assistências oferecidos aos estudantes pela UNIFAP e, na sequência, faz-se uma apresentação sobre as impressões, concepções, experiências e sugestões dos alunos sobre os referidos programas. Vale ressaltar que o público selecionado para participar da pesquisa recebe um ou mais benefícios oferecidos pela UNIFAP.

A construção dessa etapa do trabalho tomou por base a técnica de coleta e tratamento de dados – Análise de Conteúdo, de Bardin (2011). Sendo assim, seguiu-se alguns passos importantes, iniciando com organização dos dados investigados (questionário aplicados), seguindo-se para a próxima etapa, que se refere à exploração do material, que foi codificado, organizado e agrupado por similaridade nas respostas.

Feito tal organização do material, tornou-se possível realizar a triangulação, com inferências entre os resultados, embasados por referenciais teóricos que abordam sobre a temática. Com essa etapa, fecha-se o tratamento e análise dos dados, conforme se observa nas seções seguintes.

5.1 As políticas de assistência ofertadas aos estudantes da UNIFAP – *Campus* Marco Zero

Os programas de auxílio estudantil na Universidade Federal do Amapá - *Campus* Marco Zero foram criados para as demandas dos acadêmicos regularmente matriculados em cursos de graduação no regime presencial. Os mesmos atendem a alguns critérios, onde os estudantes que esteja comprovadamente em vulnerabilidade socioeconômica. Tem como

objetivo garantir a permanência dos acadêmicos no regime de ensino, pesquisa e extensão e, agindo preventivamente, na tratativa de evitar a retenção e mesmo evasão escolar. Os programas atendem alunos em várias situações sociais, cada uma com sua peculiaridade. No entanto, cada ambiente escolar possui uma realidade diferente; assim, os critérios para seleção estão elencados no Quadro 1.

Quadro 1 – Critérios de seleção do Programa de Auxílio estudantil da Universidade Federal do Amapá

PERFIL SOCIOECONÔMICO	BOLSA AUXÍLIO	RENDA PER CAPITA
PERFIL1: Alto nível de vulnerabilidade socioeconômica.	Bolsa Permanência, Auxílio Moradia, Auxílio de apoio Pedagógico à Pessoa com Necessidades Educacionais Especiais.	Até meio salário mínimo.
PERFIL2: Médio nível de vulnerabilidade socioeconômica.	Auxílio Moradia, Auxílio Fotocópia, Auxílio de Apoio Pedagógico à Pessoa com Necessidades Especiais.	De meio a um salário mínimo.
PERFIL3: Baixo nível de vulnerabilidade socioeconômica	Auxílio Fotocópia.	De um a um e meio salário mínimo.

Fonte: UNIFAP (2022).

Observa-se que a concessão do auxílio está atrelada ao perfil socioeconômico do aluno e, de acordo com a comprovação do grau de vulnerabilidade, maior será os mecanismos de suporte, visando garantir sua permanência na Universidade.

Como se pode perceber no Quadro 1, os programas são disponibilizados em consonância com os critérios dos perfis socioeconômico; estes atendem a manutenção do acadêmico no desenvolvimento de suas atividades de estudo e extensão, objetivando democratizar o acesso ao ensino superior usando da prerrogativa do princípio constitucional que a educação é dever do Estado e, conforme se observa no quadro, esse dever não se restringe às questões relacionadas ao apoio pedagógico, mas abrangem o suporte social.

De acordo com o nível de vulnerabilidade, adapta-se um tipo de apoio ao estudante, incluindo a transferência de recursos, através da bolsa de estudos, para os alunos que estão no mais alto grau de vulnerabilidade. Assim, a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP desenvolve meios de permanência do estudante da universidade por meio dos auxílios.

5.1.1 Auxílio Moradia

O auxílio moradia consiste na concessão de valor financeiro a estudantes oriundos de outros municípios ou distrito/interior da cidade onde o campus está instalado e residir em imóvel alugado ou pensionato no município em que estuda. O valor é de R\$ 400,00 e nos critérios adotados pelo Departamento de Ações Comunitárias e Estudantis - DACE, é destinado para subsidiar suas despesas com moradia (UNIFAP, 2022). Assim, possui como um de seus principais objetivos atender às despesas com aluguel de quitinete, república, por exemplo. Nos casos dos valores repassados pelo auxílio, os mesmos atendem a critérios que variam de acordo com as especificidades de cada *campus* universitário.

5.1.2 Auxílio Permanência

O programa de Auxílio Permanência tem como objetivo propiciar ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições para que ele possa responder às demandas de sua formação universitária. O perfil socioeconômico do estudante é verificado nos *campus* da instituição a partir do processo de análise socioeconômica.

Os estudantes podem acumular a bolsa permanência com um outro auxílio (Alimentação, Transporte ou Moradia). Para a seleção será considerada a ordem de classificação dos estudantes inscritos e a disponibilidade orçamentária, e tem o valor de R\$ 400,00 (UNIFAP, 2022).

O critério de concessão da bolsa é feito por meio da análise da situação socioeconômica, além do preenchimento dos seguintes requisitos: a) estar cursando, no mínimo, 12 (doze) créditos semanais no semestre; b) ter cadastro socioeconômico atualizado e na condição de classificado; c) ter aprovação por nota em no mínimo 50% dos créditos cursados e nenhuma reprovação por frequência em qualquer disciplina do semestre anterior, em caso de ter sido beneficiário de bolsas ou auxílios (UNIFAP, 2022). Dessa forma, os meios para a permanência do estudante na universidade fazem parte dos sistemas de auxílios, para que, assim, esse acadêmico que possui condições intelectuais, mas dificuldades financeiras, possam estar em igualdade para permanência no curso, evitando a baixa produtividade nos quesitos de pesquisa e extensão – fundamentais à graduação acadêmica – e mesmo contendo a evasão na universidade.

5.1.3 Auxílio Fotocópia

No valor de R\$ 130,00, esse benefício tem como um de seus principais objetivos alavancar os estudos dos acadêmicos por meio do acesso das bibliografias por meio das fotocópias (UNIFAP, 2022). Por meio desse crédito, o estudante ganha o direito a um mil e trezentas fotocópias e, assim, pode ter acesso as literaturas de seu curso dando base à continuidade dos estudos. A efetivação desse serviço acontece de forma terceirizada e a empresa contratada por meio de licitação busca atender às demandas sociais acadêmicas da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP por meio do acesso à livros, artigos e outras literaturas que podem alavancar o conhecimento acadêmico e mesmo garantir a permanência do estudante em regime presencial.

5.2 Análises e interpretação dos resultados

Nesta seção será apresentada a análise dos resultados da pesquisa aplicada a 50 alunos que cursam Educação Superior na Universidade Federal do Amapá, e que participam de algum programa de assistência estudantil. Os educandos pesquisados matricularam-se entre os anos de 2018 a 2021, e ainda estão frequentando seus cursos. A participação dos referidos alunos na pesquisa ocorreu de forma voluntária.

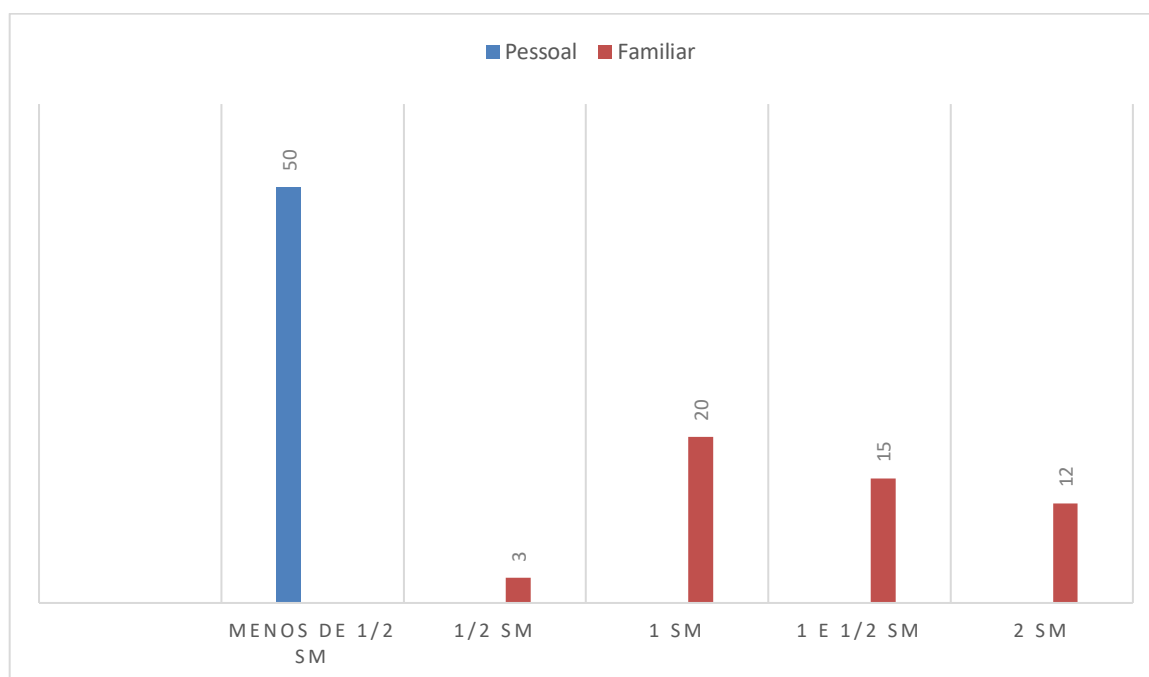
Para melhor apresentar os resultados, fez-se a divisão em 02 (dois) tópicos: (i) apresentando o perfil sócio demográfico dos alunos investigados e (ii) discorrendo sobre as informações subjetivas abstraídas na pesquisa, envolvendo as concepções e impressões dos alunos sobre os programas de auxílio estudantil.

5.2.1 Perfil Sócio demográfico dos alunos beneficiários dos PAE

Participaram da pesquisa 50 (cinquenta) alunos, sendo que 19 (dezenove) identificaram-se do gênero masculino (38%), dos quais 02 (dois) estão matriculados no curso de Enfermagem, 05 (cinco) no curso de Geografia, 04 (quatro) no curso de Direito, 05 (cinco) no curso de Ciências Biológicas, 01 (um) no curso de Pedagogia, 01 (um) no curso de Artes e 01 (um) no curso de Letras; 30 (trinta) investigadas se reconhecem no sexo feminino (60%), sendo 05 (cinco) do curso de Enfermagem, 05 (cinco) do curso de Geografia, 05 (cinco) do curso de Direito, 05 (cinco) do curso de Pedagogia, 05 (cinco) do curso de Artes e 05 (cinco) do curso de Letras; apenas 01 investigado informou ser não binário (2%) e está matriculado no curso de Direito.

As informações prestadas pelos alunos apresentam parâmetros sobre a renda pessoal e familiar, que é uma informação essencial para o desenho do perfil sócio demográfico (Gráfico 1). O resultado mostra que 100% dos alunos dispõem de renda pessoal abaixo de um salário mínimo e que sobre a renda familiar, 43% afirmam ser de 1 salário mínimo; 32% informam ser de 1 salário mínimo e meio e 25% dispõem de renda familiar de 2 salários mínimos.

Gráfico 1 – Renda pessoal e familiar



Fonte: dados da pesquisa (2023).

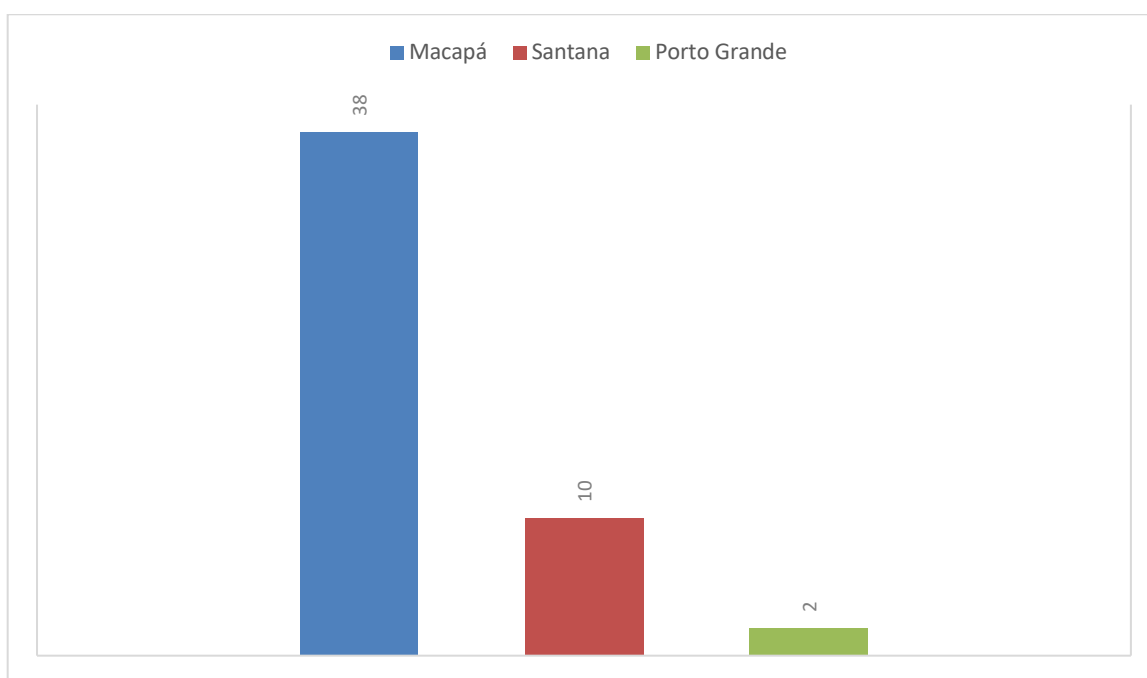
De acordo com a o Gráfico 1 observa-se que a renda familiar dos participantes da pesquisa varia entre meio e dois salários mínimos, assim como a renda individual encontra-se abaixo de meio salário mínimo. E quando se observa as informações constantes na seção 5.1, que aborda o perfil exigido para ser participante do PAE, conclui-se que todos os estudantes pesquisados estão dentro do perfil de vulnerabilidade definido pela UNIFAP. Corroborando com essa informação, traz-se aqui o inciso segundo do Artigo 8º da Resolução 14/2017 DACE/PROEAC/UNIFAP.

Art. 8º. II - Assistência Prioritária: consiste no atendimento a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de 5 educação básica ou com renda familiar *per capita de até um salário-mínimo e meio*, por meio da concessão de bolsas e auxílios com acompanhamento psicopedagógico e social (UNIFAP, 2017, s.p.). (grifo nosso).

Embora os programas de assistências estudantis tenham um olhar para além das questões econômicas, essas são as que acabam se tornando mais visíveis e mais urgentes. Isso porque o estudante que se insere no perfil da vulnerabilidade financeira, é aquele que até pode ter uma renda pessoal, porém é para arcar com suas despesas pessoais e/ou complementar a renda familiar, e não para seus gastos acadêmicos. Essa observação reforça a necessidade do aporte financeiro para custear seus gastos com os estudos, que o PAE oferece. Esse aspecto mostra que assegurar essa complementação de renda através dos programas de auxílio estudantil como forma de permanência é uma das ações mais estratégicas para o desenvolvimento do país, através da educação.

Outro aspecto investigado foi sobre o município de origem dos estudantes, isso porque a distância da moradia também é critério importante na identificação do perfil sócio demográfico. Sobre essa questão, obteve-se como resultado que 38 alunos são da área metropolitana de Macapá, o que equivale a 76% dos investigados; na sequência, tem-se 10 alunos que são oriundos do município de Santana, que corresponde a 20% dos informantes da pesquisa; e por fim, 2 alunos informaram que são do município de Porto Grande, representando 4% dos participantes da pesquisa. Essas informações são apresentadas de forma representativa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Município de origem



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa no Gráfico 2, a maioria dos estudantes pesquisados são pertencentes à capital do Estado (Macapá), ou seja, 76% dos alunos participantes da pesquisa, 20% são oriundos do município de Santana que, mesmo sendo uma cidade vizinha, algumas de suas localidades mais afastadas são de difícil acesso à capital, o que impõe à necessidade de um suporte, seja de transporte, seja de moradia para auxiliar esses estudantes em sua permanência na universidade. Os outros 4% dos alunos informaram ser pertencentes ao município de Porto Grande, cidade que se localiza no interior do Estado.

A UNIFAP que se localiza no município de Macapá, conforme já foi mencionado, encontra-se numa distância de 112,2 km do município de Porto Grande, o que significa uma distância grande para a realidade local, que não dispõe de transportes públicos acessíveis e com itinerário fixo entre esses dois municípios, essa sendo uma das razões de maximizar a necessidade de apoio aos estudantes oriundos desse município para que seja possível sua permanência no curso.

Ainda sobre essa questão, tem-se o município de Santana que, sendo o segundo maior município do Estado, em termos de população, parte de seus estudantes também dependem da UNIFAP – *campus* Marco Zero, tendo em vista que o Polo de Santana oferece um quantitativo reduzido de cursos (Brasil, 2023). Mesmo sendo uma cidade vizinha da capital, estando numa distância de 22,4 km, possui algumas localidades de difícil acesso, especialmente suas comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas, as quais a distância e a acessibilidade impedem o transporte de ida e volta diariamente, ensejando também na necessidade de assistências aos estudantes oriundos dessas localidades para que não desistam dos seus cursos (IBGE, 2010).

Para esses estudantes que pertencem a locais mais distantes, é imprescindível que a atenção seja prioritária, através de auxílio permanência e moradia, de acordo com o caso, e em consonância com o nível de vulnerabilidade econômica associada aos demais aspectos de suas necessidades.

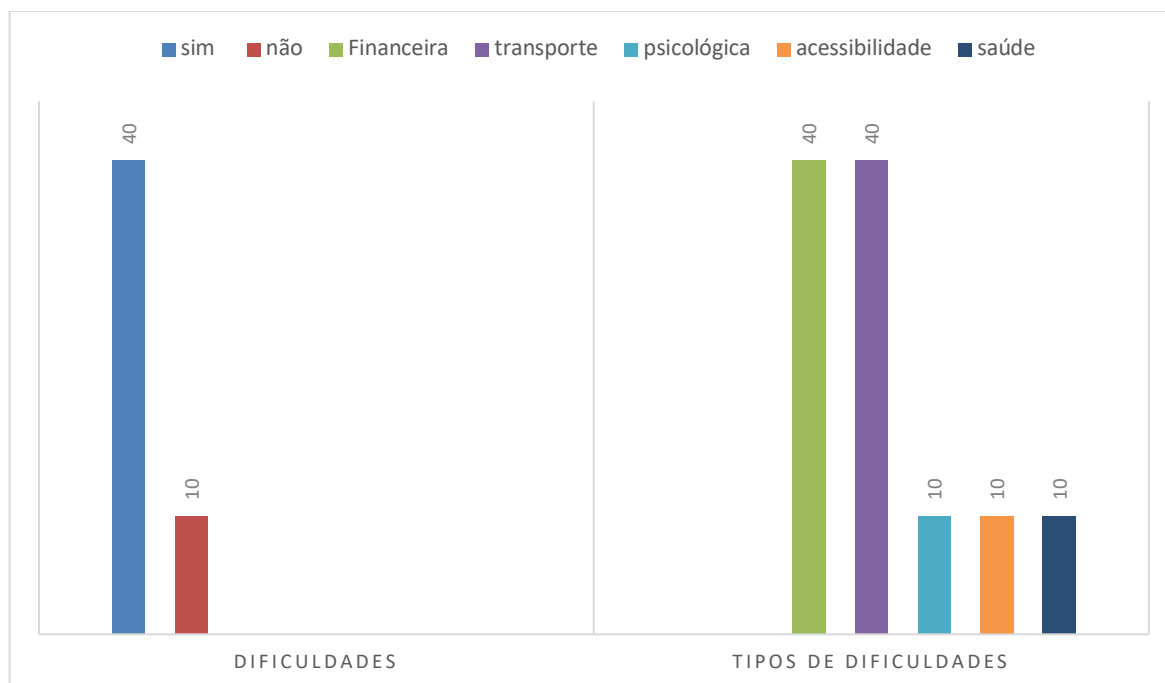
Ressalta-se, portanto, que embora seja uma questão geográfica, a necessidade de suporte, através de programas que apoiam os estudantes, recai também na vulnerabilidade econômica, visto que o deslocamento diário ou a permanência em moradia próximo ao local de estudo, demanda recursos financeiros e, mais uma vez, a permanência desses estudantes no curso está atrelada a forma como será apoiado pela instituição de ensino.

É importante frisar que para atenuar essa problemática, a UNIFAP, recentemente (especificamente em 30 de junho de 2023), inaugurou a Casa do Estudante Universitário “Lua

Carolina Costa de Oliveira”, que é um espaço destinado para o acolhimento dos estudantes, que estão em vulnerabilidade nos aspectos econômicos e que são oriundos de áreas fora da região metropolitana de Macapá, e que por essa razão apresentam grandes possibilidades de desistência do curso. A capacidade é para abrigar 60 (sessenta) alunos. Na sua fundação já tinha 30 alunos cadastrados que, além da moradia, receberam também uma bicicleta para o seu deslocamento da CEU até a UNIFAP (UNIFAP, 2023).

Ainda no contexto da definição do perfil sócio demográfico dos alunos, fez-se necessário pontuar as dificuldades apontadas pelos estudantes que participaram da pesquisa em relação à permanência no curso. Essa questão foi investigada através da seguinte pergunta, que foi dividida em duas partes: (i) “Você enfrentou algum (s) problema (s)/ dificuldades em permanecer no curso no qual se matriculou?”, para qual foi solicitada a escolha entre “sim” ou “não”. (ii) “Se sim, qual a dificuldade?”. As opções oferecidas foram de ordem financeira; psicológica/ psiquiatria; condições de saúde; dificuldades de aprendizagem; metodologia de ensino; transporte; insegurança alimentar; trabalho; acessibilidade. Os resultados são apresentados no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Dificuldades enfrentadas pelos estudantes



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa na primeira parte da pergunta, os resultados apontam que 40 alunos, ou seja, 80% apresentaram dificuldades em algum momento, suscetíveis à desistência,

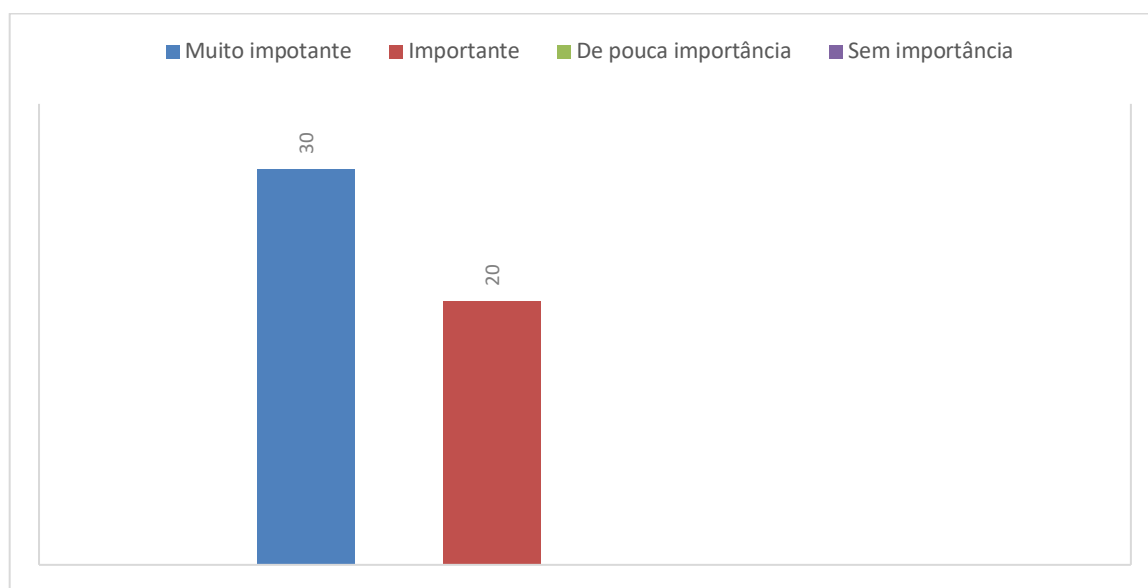
e apenas 10 alunos (20%) afirmaram que suas dificuldades não os deixaram vulneráveis a abandonar o curso.

Com relação às opções oferecidas para pontuar as dificuldades, a financeira e de transportes tiveram a mesma quantidade de menções, que foram 100% dos alunos que anteriormente tinham apontados dificuldades de permanência. Sobre as outras respostas, também houve um empate na quantidade de menções sobre as questões psicológicas, de acessibilidade e de saúde, sendo 25% dos alunos, como empecilho à permanência no curso.

Esses resultados convergem com a questão da renda familiar, que foi amplamente apresentada no Gráfico 1, ou seja, pelo fato dos alunos serem de baixa renda, mesmo com o auxílio dos PAE ainda apresentam dificuldades financeiras, o que justifica o resultado da prevalência das questões financeiras sobre as demais. E, mesmo ao apontar que o transporte é fator de dificuldades, recai na questão financeira.

Diante disso, aponta-se que os PAE representam possibilidades reais para os estudantes na sua permanência no curso. E para mensurar essas possibilidades, questionou-se sobre a importância dos mesmos, através da seguinte pergunta: “Qual a importância da Assistência Estudantil para sua permanência no ensino superior?”, com as seguintes opções de respostas: (i) muito importante; (ii) importante; (iii) de pouca importância e (iv) sem importância. As respostas são apresentadas no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Importância dos Programas de Auxílio Estudantil

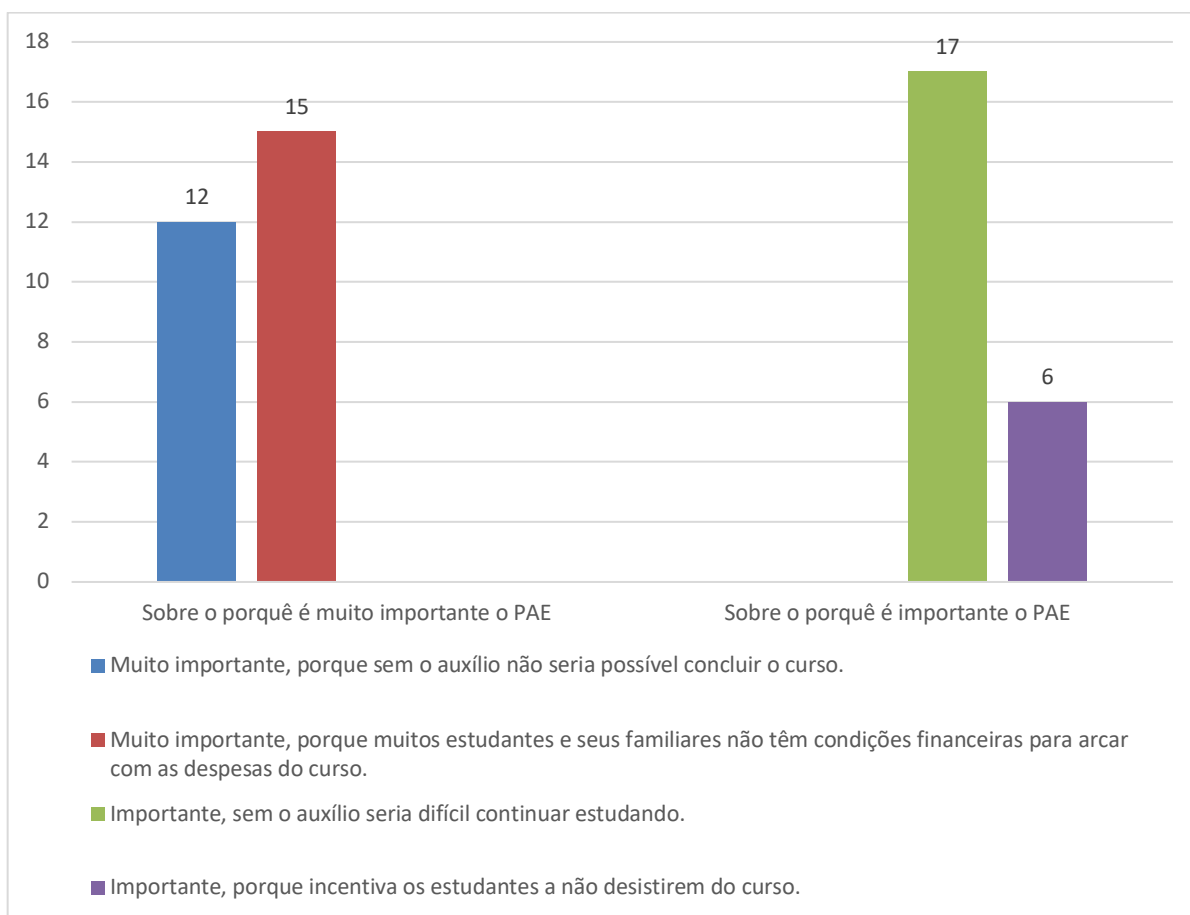


Fonte: dados da pesquisa (2023).

O Gráfico 4 apresenta o resultado sobre a importância dos programas de auxílios estudantil, que sob a visão dos alunos investigados oscila entre muito importante e importante, num percentual de 60% e 40%, respectivamente, através dos seguintes resultados, ou seja, 30 alunos beneficiários dos PAE dizem ser eles muito importante e 20 alunos que acessam aos PAE afirmam ser importante. Não houve registros de alunos que consideram de pouca importância e sem importância.

Para ampliar a compreensão sobre a representatividade da importância dos PAE, solicitou-se justificativas dos alunos, e as respostas são apresentadas no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Justificativas da importância dos PAE



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Foi feita uma triagem sobre as respostas que justificam a importância dos PAE. E os alunos que afirmaram que o PAE é importante convergiram nas respostas de que: “incentiva os estudantes a não desistirem do curso”; “sem o auxílio seria difícil continuar estudando”. Já os alunos que apontam o PAE como muito importante concluem que: “muitos estudantes e seus

familiares não têm condições financeiras para arcar com as despesas do curso” e “sem o auxílio não seria possível concluir o curso”.

Com essas respostas, os PAE são colocados num patamar de essencial na permanência do estudante no curso, e como foi demonstrado nas respostas, mesmo que outras dificuldades tenham sido mencionadas, mas de acordo com as respostas apresentadas, as grandes dificuldades advêm das questões financeiras, advindas das desigualdades históricas que prevalecem no Brasil, sendo necessária a implementação da assistência estudantil, para exercer papel de “[...] política inclusiva, [de reparação atuando] no sentido de ampliar as oportunidades de permanência de grupos historicamente discriminados” (Pinto, 2015, p. 28).

Ainda sobre a importância do PAE, Barbosa (2009, p. 39), aborda:

[Por ser] o conjunto de políticas realizadas através de programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e conseqüentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos.

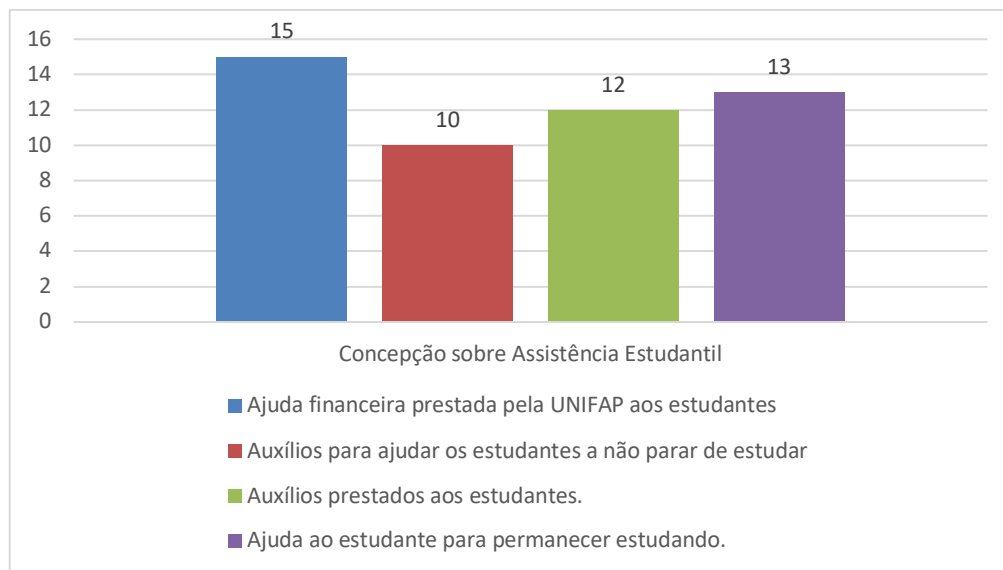
Nesse contexto, a pesquisa mostra que o PAE está atendendo seus objetivos de garantir a permanência dos alunos, porque conforme se observa nas respostas apresentadas pelos investigados, a garantia da permanência no curso foi oferecida pelos programas.

5.2.2 Concepções, participações e percepções dos estudantes em relação aos PAE

Buscou-se também investigar se os estudantes detêm informações sobre os programas, através de perguntas que os levaram a expressar suas concepções e percepções em relação aos programas. Investigou-se a concepção através da seguinte pergunta: “Para você o que é Assistência Estudantil?”

As respostas apresentadas fazem menções prioritariamente às questões relacionadas à ajuda e/ ou auxílio financeiro, conforme são apresentadas no Gráfico 6:

Gráfico 6 – concepção sobre assistência estudantil



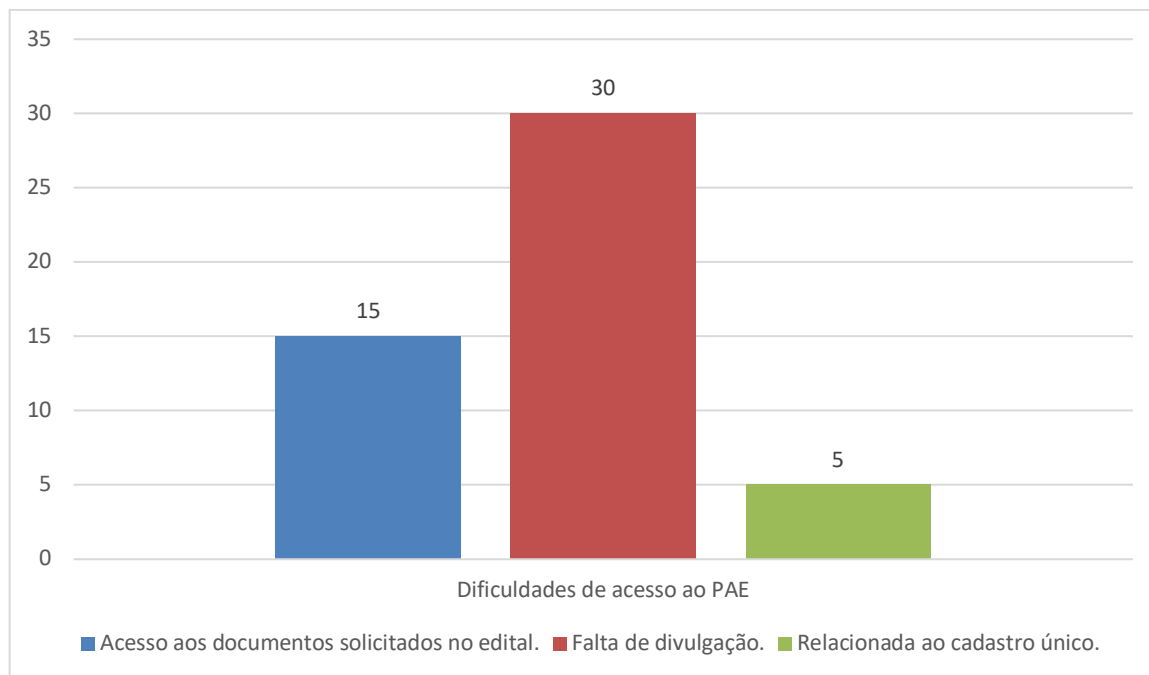
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa nas respostas apresentadas no Gráfico 6, os estudantes beneficiários de programas de apoio aos estudantes têm consciência sobre o que realmente significa a assistência estudantil, quando os entrevistados incluem em suas respostas “ajuda aos estudantes”, com a complementação ou não da frase: “para não parar de estudar”. Importante é ressaltar que significa que os auxílios estão cumprindo com o seu papel de oferecer suporte aos estudantes e é assim que eles estão percebendo.

As percepções dos estudantes em relação aos programas de assistências estão de acordo com o conceito definido em literaturas que abordam sobre a temática, estando presente nas abordagens de alguns teóricos, que definem o auxílio estudantil como: “[...] a organização de serviços de apoio discente ou iniciativa que busquem democratizar o acesso ao ensino e favorecer a permanência do estudante no contexto escolar” (Ramalho, 2013, p. 23); “[...] ideais condições de saúde, acesso aos instrumentais necessários à formação profissional, até o provimento dos recursos mínimos necessários aos estudantes, tais como moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros para outros gastos” (Dumaresq, 2014, p. 45).

Embora sejam programas de extrema importância e necessidade, apresentam dificuldades, que precisam ser conhecidas, para servirem de parâmetros de solução. Dessa forma, buscou-se conhecer a percepção dos alunos sobre as dificuldades de acesso dos programas, e foram obtidos os resultados que serão apresentados no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Dificuldades para acessar aos PAE:

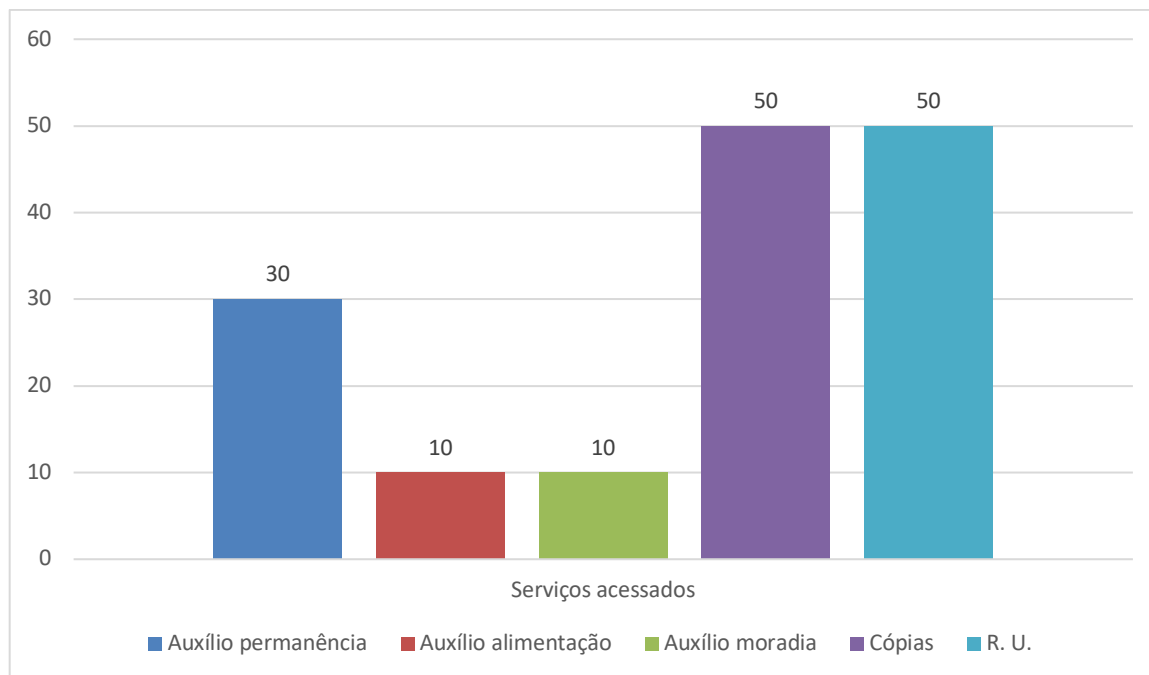


Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa no Gráfico 7, a grande dificuldade apontada pelos estudantes em relação ao PAE está relacionada a sua divulgação dos programas, que na percepção dos estudantes as mesmas não são acessíveis. Nesse mesmo âmbito, foi apontada a dificuldade de acesso aos documentos que são solicitados por meio do edital. Sendo assim, as dificuldades citadas pelos alunos não têm relação com o programa em si, mas são de caráter administrativo, podendo ser resolvido com um plano de trabalho que envolva uma comunicação eficaz.

Buscou-se conhecer os serviços mais acessados pelos alunos, para triangular com suas dificuldades. Para isso, apresentou-se a seguinte pergunta: “Sobre os serviços e programas ofertados pela política de assistência estudantil na UNIFAP, *Campus Marco Zero*, assinale abaixo qual(is) você acessou em seu período de graduação:”. As opções oferecidas foram: “Auxílio moradia; Auxílio alimentação; Bolsa de apoio; Outros”, com espaço para indicar quais seriam esses outros. Os resultados são apresentados no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Tipos de serviços acessados pelos alunos



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Observa-se no Gráfico 8 que os serviços mais acessados são os oferecidos pelo restaurante universitário (RU) e os de cópias, que foram indicados de próprio punho no espaço reservado para “outros”, observa-se que pelas menções são serviços utilizados por 100% dos participantes da pesquisa; na sequência, tem-se o auxílio permanência, acessado por 30 (trinta), que representa 60% dos participantes da pesquisa, essa informação também foi prestada no espaço reservado para “outros serviços”; já os serviços de auxílio moradia e auxílio alimentação são apontados por 10 (dez) participantes como os por eles utilizados, esse quantitativo representa 20% dos investigados. Nota-se que o mesmo estudante pode fazer uso de um ou mais serviços, de acordo com sua necessidade.

[Em pesquisas realizadas pelo Fonaprace nos anos: 1997, 2004 e 2011 apontam o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes]. Os dados levantados apontaram a classificação econômica dos discentes e os principais indicadores sociais relacionados às necessidades estudantis: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho, indicando parâmetros para analisar e definir as diretrizes para o desenvolvimento de programas e ações de AE a serem implementadas pelas Instituições de Ensino Superior públicas (Dutra; Santos, 2017, p. 8).

A necessidade relacionada à questão econômica tem se perpetuada nos atendimentos estudantis, como se observa na citação. Isso porque transporte, alimentação e moradia são necessidades imediatas sem as quais nenhuma outra ação poderá supri-las.

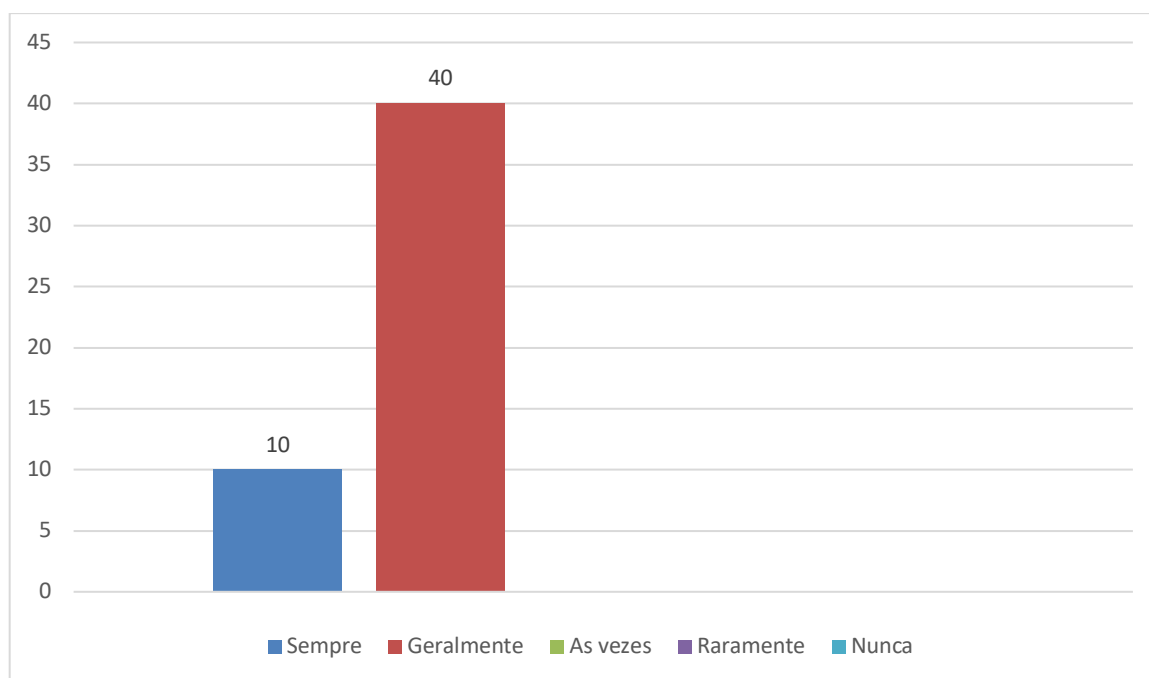
É pertinente ressaltar, que embora tenha sido citada anteriormente, a dificuldade relacionada à questão psicológica (Gráfico 3), os estudantes não mencionam acesso a esse tipo de atendimento, o que se apresenta como um aspecto que desperta preocupação, tendo em vista, que no recorte da pesquisa, 10 (dez) alunos, que representa 20% dos pesquisados, afirmam sofrer com dificuldades psicológicas, dessa forma seria necessário que a UNIFAP direcionasse uma atenção especial sobre essa questão, considerando que:

A política de assistência estudantil, embora não possa prescindir da questão financeira, deve ser trabalhada em consonância com os aspectos pedagógicos e psicossociais, ou seja, com suporte em uma política pública de assistência estudantil não apenas voltada para a subsistência material, mas também preocupada com as questões emocionais, pensando a pessoa como um todo (Dumaresq, 2014, p. 45).

Os aspectos emocionais e psicológicos são questões sensíveis que os Institutos Superiores ainda precisam avançar, talvez por envolver a subjetividade do sujeito estejam fora de um alcance previsível, podendo ser necessário que ações mais perspicazes sejam realizadas para alcançar os estudantes que estejam passando por alguma situação que vai além da visibilidade material.

Ainda no âmbito da pesquisa, procurou-se saber com qual frequência os alunos acessam aos PAE, essa questão encontra-se descrita no Gráfico 9:

Gráfico 9 – Frequência de acesso ao PAE



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Como se observa nos resultados apresentados no Gráfico 9, há intenso acesso aos programas de apoio estudantil, variando entre sempre e geralmente, considerando que 10 (dez) alunos responderam que sempre acessam auxílio ao estudante e 40 (quarenta) alunos dizem que geralmente acessam esses serviços. Observa-se que, uma vez ofertados os auxílios, os alunos buscam acessá-los na medida de suas necessidades que, conforme as respostas, 80% acessam “geralmente” e 20% “sempre”.

É importante frisar que a frequência no acesso aos benefícios é um indicativo da carência social desses alunos, que não é uma questão transitória, e que a formação universitária é a expectativa mais concreta para romper com o ciclo da pobreza em que o aluno se encontra, através não apenas de uma ascensão social pelo viés da mudança de classe econômica, mas quiçá pela emancipação social.

Frente à forma como os alunos enxergam os PAE, considerou-se importante conhecer as sugestões dos alunos que possam ajudar na melhoria dos mesmos, para tanto, fez-se o seguinte questionamento: “Em sua opinião, como a UNIFAP pode melhorar a oferta dos programas de Assistência Estudantil?”. As respostas apresentadas são apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Sugestões de melhorias

Pergunta	Resposta	Menções
Em sua opinião, como a UNIFAP pode melhorar a oferta dos programas de Assistência Estudantil?	Aumentar a quantidade de bolsas.	30%
	Aumentar o valor das bolsas.	30%
	Evitar atrasos no pagamento.	5%
	Facilitar nas documentações.	10%
	Melhorar a divulgação.	15%
	Ampliar o número de moradias.	5%
	Orientar melhor para o cadastro.	5%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os alunos entrevistados, embora relatando a importância dos programas, ressaltam que ainda há necessidade de melhorias, e esses apontamentos convergem em parte com o que foi apresentado como maiores dificuldades de acesso ao programa, a divulgação. Esse pensamento é compartilhado por 20% dos alunos pesquisados, quando mencionam a necessidade de melhorar a divulgação e tornar a orientação para o cadastro mais facilitada.

Entre os pesquisados, dividiram-se igualmente respondendo sobre os seguintes aspectos: 30% afirmam sobre a necessidade de “aumentar a quantidade de bolsas” e 30% apontam como melhorias “aumentar o valor das bolsas”. Os demais alunos apresentam as

seguintes sugestões: 5% a necessidade do pagamento ser realizado sem atrasos; 10% facilitar as documentações exigidas; 5% ampliar a quantidade de moradias. As respostas dos alunos foram reunidas em similaridades para facilitar a construção da tabela, chegando aos resultados mencionados.

Ao ser mencionada a necessidade de aumento na quantidade de bolsas pelos investigados, recai na suposição que é de conhecimento dos beneficiários que outros alunos semelhantes a eles também necessitam ser atendidos, e que possivelmente encontram-se fora desse atendimento, revelando que apesar da satisfação em parte dos alunos em relação aos programas, o mesmo não está sendo efetivo no seu atendimento, considerando que o resultado aponta necessidade de ampliação na quantidade de bolsas.

Do mesmo modo, a resposta que indica a necessidade de aumentar o valor da bolsa apareceu na mesma frequência do item analisado anteriormente, esse resultado permite que se entenda que apesar dos PAE serem apontados como muito importante, os valores ainda que não são suficientes para as demandas dos alunos. Nota-se que não foi mensurado a relação de gastos efetivos e valor da bolsa, por não ser objeto da pesquisa, porém quando os alunos informam que há a necessidade de aumentar os valores, subentende-se que os mesmos não estão sendo suficientes.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar a percepção dos discentes beneficiários dos programas de assistência estudantil desenvolvido pela Universidade Federal do Amapá, quanto a importância dos referidos programas para a permanência dos alunos nos cursos. Ressalta-se que tais programas se inserem na Política de Assistência Estudantil como um conjunto de estratégias voltadas para auxiliar o aluno quanto ao seu desempenho educacional, bem como sua permanência nas instituições de ensino, com a prerrogativa, dentre outras, de atender as demandas daqueles estudantes que se encontram enquadrados num perfil de vulnerabilidade social, sejam por razões econômicas, sócio emocionais, geográficas, ou qualquer outra razão, que ensejam na sua infrequência, cancelamento de matrícula e evasão.

Para fundamentar teoricamente a pesquisa, fez-se uma breve contextualização histórica sobre a Educação Superior no Brasil, pontuando as caracterizações de cada período, bem como as formas de acesso às Universidades; buscou-se ainda apresentar algumas ponderações sobre suportes aos estudantes. Essa base teórica serviu para mostrar a relação entre os programas e a evolução e ampliação das Instituições de Ensino Superior, assim como, tornar possível avaliar se as experiências pessoais dos estudantes estão em consonâncias às proposições dos referidos programas.

Para consecução do objetivo geral, construiu-se os objetivos específicos de discorrer sobre aspectos do processo histórico de acesso à Educação Superior no Brasil; conhecer os programas de assistência estudantil ofertados pela Universidade Federal do Amapá – *campus* Marco Zero; identificar o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil; e, analisar sob a ótica dos beneficiários, em que medida os programas de Assistência Estudantil atendem os seus objetivos, na perspectiva da permanência do discente no curso de graduação.

Sendo definido o projeto e o instrumento de coletas de dados, iniciou-se as pesquisas bibliográficas e aplicação do questionário. O instrumento de pesquisa foi aplicado a 50 alunos, que consentiram participar da pesquisa, mediante Termo de Consentimento e Termo de Confidencialidade, respondendo de forma presencial o questionário, que foi composto de 10 perguntas previamente elaboradas.

Tomando por base os objetivos específicos que sustentaram a realização da pesquisa, considerou-se importante fazer um estudo prévio sobre a historicidade da Educação Superior e suas políticas públicas, para embasar teoricamente as informações da realidade da

UNIFAP em relação aos PAE, sob a perspectiva dos alunos beneficiários. Dessa forma, o primeiro objetivo específico buscou discorrer sobre aspectos do processo histórico de acesso à Educação Superior no Brasil para possibilitar a compreensão sobre como se construiu as raízes históricas do Ensino Superior no Brasil. Foi possível observar que, ao longo de todo esse processo, a Educação nesse nível de ensino se caracterizou como seletiva e excludente, sendo ampliada as possibilidades de acesso, com a criação e avanço de programas voltados para a equidade social, dos quais os PAE.

O segundo objetivo específico proposto foi conhecer os programas de assistência estudantil ofertados pela Universidade Federal do Amapá – *campus* Marco Zero. Nessa perspectiva, fez-se um levantamento documental sobre os principais programas regulamentados pela UNIFAP, no qual foi possível observar a correlação com a Política Pública Nacional direcionada ao tema – assistência estudantil. Essas informações foram cruciais para subsidiar a compreensão sobre o olhar dos estudantes beneficiários pelos PAE, participantes da pesquisa, mesmo que esse olhar, por muitas vezes, tenha sido direcionado com criticidade e sugestões de melhorias.

O terceiro objetivo específico está relacionado à necessidade de identificar o perfil sócio demográfico dos alunos atendidos pela Assistência Estudantil da UNIFAP – *campus* Marco Zero, sendo possível realizar essa observação através de alguns tópicos pesquisados, sendo eles: o levantamento sobre a renda pessoal e familiar; município de origem dos estudantes; suas dificuldades; a importância dos PAE e suas justificativas, tais tópicos trouxeram informações relevantes para a configuração do perfil dos estudantes.

Observou-se que a maioria dos respondentes é do sexo feminino, correspondendo a 60%; os alunos do sexo masculino que foram informantes da pesquisa, foram 38%. Os outros 2% identificam-se como não binário. Os resultados apontam também que a maioria dos estudantes investigados são do Município de Macapá, capital do Estado do Amapá, sendo 76%. Outras duas localidades são mencionadas pelos alunos como municípios de origem: Santana com 20% dos alunos e Porto Grande com 4%.

Em relação ao vínculo com a UNIFAP, a maioria está entre o curso de Direito e Geografia, correspondendo a 20% de cada curso; na sequência, tem-se o curso de Enfermagem, com 14% dos alunos participantes da pesquisa; os cursos de Pedagogia, Artes e Letras, aparecem com 12% cada, e o curso de menor vínculo dos estudantes é o de Ciências Biológicas, com 10% de representatividade.

Sobre a renda individual constatou-se que 100% dos participantes da pesquisa têm renda pessoal menor que um salário mínimo, já a renda familiar oscila entre um e dois salários mínimos, sendo 43% de 1 salário mínimo; 32% de 1 salário mínimo e meio e 25% de 2 salários mínimos. Com relação ao município de origem, embora a maioria (76%) seja de Macapá, Estado do Amapá, sede da UNIFAP, 20% do município de Santana e 4% de Porto Grande.

Com relação à problemática das distâncias geográficas, a UNIFAP está tentando resolver por meio da ampliação do programa de moradia, com a inauguração recente da CEU Lua Carolina Costa de Oliveira que, conforme informação incluída na análise do gráfico 3, trata-se de um novo local de acolhimento de alunos que residem fora da região metropolitana de Macapá. E, embora seja um espaço voltado inicialmente para a habitação, tem-se a possibilidade de ampliar suas demandas para outros atendimentos, havendo a necessidade.

Ainda no âmbito do terceiro objetivo específico, 80% dos alunos afirmaram ter dificuldades que comprometeriam sua permanência no curso e, apenas 20%, não mencionam sentirem dificuldades no patamar de desistência. As dificuldades mencionadas foram: financeira, 80% de apontamentos; de transporte, 80% de apontamento; 20% psicológica/psiquiatra; 20% acessibilidade e 20% de saúde.

Esses resultados enquadram os estudantes no perfil sócio demográfico de vulnerabilidade, o que lhes colocam aptos a serem beneficiados pelos PAE. Essa é a razão que lhes levam a considerar tais programas como “muito importante” (60% dos alunos pesquisados) e “importante” (40% dos alunos pesquisados), sem menções para os itens “pouco importante” e “sem importância”.

O quarto objetivo específico que foi analisar sob a ótica dos beneficiários, em que medida os programas de Assistência Estudantil atendem os seus objetivos, na perspectiva da permanência do discente no curso de graduação observou-se que os PAE foram essenciais para evitar a evasão do curso, conforme a frequência de respostas: “sem o auxílio seria difícil continuar o curso”, mencionada por 24% dos estudantes pesquisados; “muitos estudantes e seus familiares não têm condições financeiras para arcar com as despesas do curso”, mencionada por 30% dos investigados; “sem o auxílio seria difícil continuar estudando” citada 34% dos participantes da pesquisa; e “incentiva os estudantes a não desistirem do curso”, reconhecida por 12% dos alunos informantes.

Para conhecer a concepção dos estudantes em relação aos PAE, questionou-se sobre o que significa para eles tais programas, cujas respostas foram: “Ajuda financeira prestada pela UNIFAP aos estudantes” mencionadas por 30% dos alunos; “auxílio para ajudar os estudantes

a não parar de estudar” informadas por 20% dos pesquisados; “auxílio prestado aos estudantes” citadas por 24% dos participantes da pesquisa; “ajuda os estudantes a permanecer no curso” compartilhadas por 26% dos informantes da pesquisa.

Outro aspecto de relevância pesquisado foi os tipos de serviços acessados, sendo citados o RU e o serviço de cópias por 100% dos participantes da pesquisa; o auxílio permanência por 60% dos alunos; o auxílio moradia e auxílio alimentação foram citados por 20% dos alunos na mesma quantidade.

A partir dos resultados, observa-se que o atendimento dos PAE se concentra às questões de ordem financeira, porém ressalta-se que é muito raso direcionar um olhar aos programas de apoio ao estudante, tendo como parâmetro unicamente a questão econômica, se for observado a amplitude da concepção da PAE, considerando que existem outras questões igualmente complexas capazes de impulsionar os índices de evasão dos alunos das Universidades.

Nesse sentido, um aspecto importante para ser considerado é o sócio emocional do estudante que, mesmo sendo objeto do PAE e também sendo apontado na pesquisa como dificuldades dos estudantes, não foi mencionado nenhum atendimento nessa área, ou seja, na pesquisa as menções dos alunos em relação aos atendimentos foram unicamente atreladas às dificuldades que envolviam gastos financeiros, como: moradia, alimentação, transporte, bolsa permanência e cópias, como citados anteriormente.

Partindo dessa observação, apresenta-se à instituição investigada como contribuição e até mesmo retorno da pesquisa, a sugestão de realização temporárias de ações que possam incentivar a busca por atendimento psicológico e emocional; efetivar ações de escuta e aconselhamento; estando mais atenta às questões que envolvem a necessidade de suporte psicológico e emocional.

Mesmo diante desse adendo (necessidade de implementação mais pontual às questões psicológicas) em relação aos PAE ofertados pela UNIFAP, pode-se afirmar que, com base nas respostas obtidas pelos alunos investigados, existe uma percepção positiva dos alunos sobre o atendimento recebido, observando que as respostas sobre a importância dos mesmos oscilam entre “importantes” com 40% e “muito importantes” com 60%. Assim como os alunos sabem o que realmente significa tais programas, reconhecem que, sem eles, a permanência no curso estaria afetada negativamente.

Sobre o acesso aos PAE, as dificuldades registradas pelos alunos são prioritariamente relacionadas à divulgação, sendo assim especificadas: “acesso aos documentos

solicitados no edital”, mencionada por 30% dos alunos; “falta de divulgação” citada por 60% dos pesquisados; e, sobre o cadastro único, citada por 10% dos alunos. Essas são questões que podem ser resolvidas com um bom plano de comunicação elaborado pela UNIFAP, ficando aqui a sugestão, podendo o mesmo ser feito em coparticipação com os centros acadêmicos.

Diante dos resultados amplamente apresentados no capítulo 5, pode-se dizer que a pesquisa atendeu aos seus objetivos específicos e, mesmo sem ousar adentrar em outras questões, foi possível observar amplas possibilidades de pesquisas não contempladas nesta, até porque a temática PAE tem grande amplitude e, sabendo que o conhecimento é algo infinito e dinâmico, estando sempre em evolução, inicia-se aqui o interesse de dar continuidade a presente pesquisa sob outros olhares e perspectivas, quem sabe num curso de doutorado vindouro.

Enfim, a Política de Assistência Estudantil tem a finalidade de reparar as disparidades sociais, promovendo, através de programas de apoio estudantil, estratégias equitativas, porém o que se anseia, enquanto cidadão, é almejar que um dia se chegue ao patamar de que todos os alunos acessem não apenas a educação, mas qualquer benefício e bem social sem que haja a necessidade de suporte econômico, pelo alcance da igualdade, equidade e justiça social. Parece utopia? Sim, mas com um projeto de sociedade responsável, completamente possível.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, H. L. M. R. Educação Superior e Política Pública de Assistência Estudantil no Brasil. **Contrapontos**, Itajaí, v. 19, n. 4, 2018. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rc/article/view/13026>. Acesso em: 20 set. 2023.

BARBOSA, R. A. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Rio de Janeiro, 1946. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília, DF, 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 18 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 69.927, de 13 de janeiro de 1972**. Institui, em caráter nacional, o Programa Bolsa de Trabalho. Brasília, DF, 1972. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=69927&ano=1972&ato=128UTU65UNjRVTeaf>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, DF, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 98.997, de 02 de março de 1990**. Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d98997.htm. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967**. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Brasília, DF, 1967. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEL&numero=228&ano=1967&ato=c25ATUq50MZRV7b6>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024compilado.htm. Acesso em: 09 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.530, de 29 de agosto de 1986**. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Amapá. Brasília, DF, 1986. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/L7530.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação Superior**. MEC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/acao-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-educacao-superior>. Acesso em: 03 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil — PNAES. Brasília, DF, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa de bolsas de iniciação será avaliado por coordenadores**. MEC, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/225-sistemas-1375504326/17087-programa-de-bolsas-de-iniciacao-sera-avaliado-por-coordenadores>. Acesso em: 18 mar. 2023.

BUSSAB, W. O.; BOLFARINE, H. **Elementos de Amostragem**. São Paulo: Blucher, 2005.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

COSTA, M. C. Os impactos da política de assistência estudantil no rendimento acadêmico. **Revista Contemporânea de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 351-366, 2016.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/download/2214/3958>. Acesso em: 18 mar. 2023.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DUMARESQ, Zandra Maria Mendes. **Análise da política de Assistência Estudantil no âmbito do Instituto Federal do Ceará - campus de Fortaleza sob o olhar dos discentes**. 2014. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

DUTRA, N. G. R.; SANTOS, M. F. S. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/63KjnRwHdxVTTxKwdSmvbwx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FAVERO, M. L. A. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 17 -36, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/yCrwPPNGGSBxWJCmLSPfp8r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FERNANDES, R. C. P. O construto multidimensional trabalho precário, o futuro do trabalho e a saúde de trabalhadoras (res). **Caderno de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/wjW6PxqXbhkryFKyKmgYQZs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FERRARI, Alfonso Trujillo. **Metodologia da Ciência**. 2. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.

FILIPAK, S. T.; PACHECO, E. F. H. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 17, n. 54. p. 1241-1268, 2017. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v17n54/1981-416X-rde-17-54-1241.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2023.

FONAPRACE. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras**. Brasília, 2011. Disponível em: [https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Valberes_Nascimento_\(Fonaprace\)_-_Pesquisa_do_perfil_socioeconomico_do_estudante_de_graduacao.pdf](https://www.andifes.org.br/wp-content/files_flutter/Valberes_Nascimento_(Fonaprace)_-_Pesquisa_do_perfil_socioeconomico_do_estudante_de_graduacao.pdf).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, A. C. Os desafios e facilidades do uso do programa de software Atlas/ti na análise de dados da pesquisa: a coleção “Redescobrimo o universo religioso” na Formação do professor. In: **Anais VII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE**. Curitiba, PR, 2008.

GUSSO, H. L. *et al.* Ensino Superior em tempos de pandemia: Diretrizes à gestão universitária. **Educ. e Sociedade**, Campinas, v. 41, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/8yWPh7tSfp4rwtcs4YTxftr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023.

MACHADO, J. P.; PAN, M. A. G. S. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estudos de Psicologia**, v. 21, n. 4, p. 477-488, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/gHZVLF6vjDxVVbXRWXSyjhv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

MARTINS, A. C. P. Ensino Superior no Brasil: Da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, n. 3, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acb/a/8jQH56v8cDtWGZ8yZdYjHHQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

MATTAR, F. **Pesquisa de marketing**. São Paulo: Atlas, 1996.

MILHOMEM, A. L. B.; GENTIL, H. S.; AYRES, S.R.B. **Balço de Produção Científica: A utilização das TICs como ferramenta de pesquisa acadêmica**. SemiEdu 2010, UFMT, Cuiabá-MT, 2010.

MINAYO M.C. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência e saúde coletiva**, *s.l.*, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMff/>. Acesso em: 15 set. 2023.

MINAYO M.C.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

NEVES, C. E. B.; MARTINS, C. B. Ensino superior no Brasil: Uma visão abrangente. *In*: DWYER, T. *et al.* **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. Brasília: Ipea, 2016.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. **Ações afirmativas na educação superior: a experiência da Universidade Federal da Fronteira Sul**. UFFS: RS, 2019.

OLIVEN, A. C. Histórico da educação superior no Brasil. *In*: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, 2002.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil**. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional**. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

ROCHA, D. A.B. F. **Formação e Monitoramento de Juristas leigos: A Experiência de uma ONG com Educação Popular na Região Sisaleira da Bahia.** 2004. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SAMPAIO, H. **Ensino Superior no Brasil – setor privado.** São Paulo: Haucitec, 2000.

SANTOS, A. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: **IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul.** Florianópolis, 2009. Disponível em:
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/35836/Ensino%20Superior%20trajetoria%20historica%20e%20politicass%20recentes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2023.

SANTOS, F. M. D. Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 383-387, 2012. Disponível em:
<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SILVA JÚNIOR, J. M. **Eficácia dos programas de assistência estudantil: a experiência da UNEMAT.** 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2020.

SILVA, A. R. X.; CARVALHO, M. C. A.; GONÇALVES, R. M. Mapeamento e análise das produções científicas que versam sobre as políticas de assistência estudantil no contexto do programa nacional de assistência estudantil. **Revista Pedagógica**, Santa Catarina, v. 23, p. 1-30, 2021. Disponível em:
<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5529>. Acesso em: 15 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Casa do Estudante “Lua Carolina Costa de Oliveira” é inaugurada.** UNIFAP, 2023. Disponível em: <http://www.unifap.br/casa-do-estudante-lua-carolina-costa-de-oliveira-e-inaugurada/>. Acesso em: 30 set. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Conselho Universitário. **Resolução nº 14, de 30 de maio de 2017.** Aprova a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2017. Disponível:
<https://www2.unifap.br/dace/files/2017/03/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-14-2017-Aprova-a-Pol%C3%ADtica-de-Assist%C3%Aancia-Estudantil-e-seu-Regulamento.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias. **Edital nº 01, de 8 de março de 2022.** Delibera sobre a concessão de bolsas estudantis. Macapá, 2022. Disponível: <https://www2.unifap.br/dace/files/2022/03/EDITAL-N.%C2%BA-01-2022-CAMPUS-MARCO-ZERO-AUXILIOS-E-BOLSAS.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023.

VELOSO, F. A.; VILLELA, A.; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma análise empírica. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 221-246, 2008. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbe/a/5SyG8QnVhQHdyfKdd893mk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2023.

WOLTER, R. H. O Ensino Superior na Era Vargas. **Revista Maiêutica**, Indaial, v. 4, n. 1, p. 131-142, 2016. Disponível em:
https://publicacao.uniasselvi.com.br/index.php/HID_EaD/article/view/1472. Acesso em: 15 set. 2023.

APÊNDICE

Questionário

Convidamos você a participar da pesquisa “**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ – CAMPUS MARCO ZERO – SOB O OLHAR DOS DISCENTES**” que tem como objetivo Analisar os diversos programas desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá – campus Macapá, na percepção dos estudantes atendidos.

Declaramos para os devidos fins que os resultados da pesquisa serão tornados públicos, mas a identidade dos entrevistados será preservada. Todas as informações aqui fornecidas serão utilizadas para uso exclusivo em pesquisa. Ao preencher o questionário você estará aceitando contribuir com reflexões que podem culminar em melhorias da política de assistência estudantil.

A - Perfil Básico do Estudante

1. Sexo M () F () () Outro _____
2. Qual sua renda mensal durante a graduação? _____
3. Apresente a renda mensal de sua família durante sua graduação: _____
4. Município de origem: _____
5. Curso de matrícula: _____
6. Trabalha na área do curso?
6.1 () Sim 6.2 () Não
7. Ano de Ingresso () 2018 () 2019 () 2020 () 2021 () Outro

B - Sobre a Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá no Campus de Macapá

1. Você enfrentou algum(s) problema(s)/dificuldades em permanecer no curso no qual se matriculou?
 - 1.1 Sim () 1.2 () Não (nenhum).
- Se sim, qual dificuldade?
 - 1.1.1 () Financeiros
 - 1.1.2 () Psicológicos/psiquiátrico
 - 1.1.3 () Condições de Saúde
 - 1.1.4 () Dificuldade de Aprendizagem
 - 1.1.5 () Metodologia de ensino de professores

1.1.6 () Transporte

1.1.7 () Insegurança alimentar (falta de condições de alimentar-se, ou de comprar alimentos)

1.1.8 () Trabalhava no período da graduação

1.1.9 () Acessibilidade

1.1.10 Outras:

2. Para você o que é Assistência Estudantil?

3. Qual a importância da Assistência Estudantil para sua permanência no ensino superior?

3.1 () Muito importante

3.2 () Importante

3.3 () De pouca importância

3.4 () Sem importância

3.5 Porquê?

4. Em algum momento durante a graduação, parou de receber o auxílio?

4.1 () Não 4.2 Sim (). Se sim, conhece o motivo?

5. Existe algum entrave ou dificuldade para acessar os serviços e programas da Assistência Estudantil?

5.1 () Não 5.2 Sim (). Se sim, qual/is?

6. Você participou de algum encontro/evento sobre Assistência Estudantil no Campus Universitário Marco Zero que tinha por objetivo planejar ou avaliar as ações dos programas de Assistência Estudantil?

6.1 () Não 6.2 () Sim

Se sim, Qual?

7. Sobre os serviços e programas ofertados pela política de assistência estudantil na UNIFAP, Campus Marco Zero, assinale abaixo qual(is) você acessou em seu período de graduação:

7.1 Auxílio Moradia

7.2 Auxílio Alimentação

7.3 Bolsa apoio

7.4 Outros _____

8. Com que frequência você acessou os serviços e ou auxílios ofertados pela Assistência Estudantil no campus:

8.1 Sempre

8.2 Geralmente

8.3 As vezes

8.4 Raramente

8.5 Nunca

9. De 0 a 10, onde 0 se refere a ausência de qualidade e 10 é a qualidade máxima, qual o nível de qualidade você atribuiria a política de Assistência Estudantil ofertada no Campus Marco Zero - UNIFAP?

9.1 0

9.2 1

9.3 2

9.4 3

9.5 4

9.6 5

9.7 6

9.8 7

9.9 8

9.10 9

9.11 10

10. Em sua opinião, como o a UNIFAP pode melhorar a oferta dos programas de Assistência Estudantil?
